ACOMPANHAMENTO DA SAFRA 1984/85

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS
AGROANALYSIS

VOLUME 9 N.º 3 MARÇO DE 1985

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

PERIÓDICOS

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (Chefe do CEA/IBRE/FGV)

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (preços), Bruno Marcus Rangel Pessanha (supervisão de pesquisa e pecuária), Fernando Roberto de Freitas Almeida (editoração, arroz e feijão), Francisco Antonio da Fonseca Menezes (cana-de-açúcar e álcool), Iracema Bouzas Pessôa (algodão, laranja e olericultura), Irene Raguenet Troccoli (milho, avicultura e suinocultura), Leila Tendrih de Freitas Almeida (oleaginosas e trigo), Maria José Cyhlar Monteiro (política agrícola e cacau) e Regis Norberto da Cunha Alimandro (café).

Estatística: Lúcio Junqueira Campos, Mário Sachs Rabello e Oraide Terezinha Novaes (preços ao nível do produtor).

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (bibliotecária) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Auxiliar de Editoração: Luizete Adelaide da Pena de Sousa.

Composição: Damião Roberto Mattos Pinheiro.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda (Tels. PABX 224-7732 – 231-3213)

É permitida a reprodução total ou parcial do Agroanalysis, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone : 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

NOTA DA EDIÇÃO

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

Como nos anos anteriores, **Agroanalysis** *apresenta, neste mês de março, o acompanhamento das safras de algodão, arroz, feijão, milho e soja. Estes cinco produtos ocupam, em termos de valor da produção, posições das mais destacadas entre as lavouras temporárias.*

No ano em curso, salvo em alguns casos isolados, decorrentes de eventuais estiagens e chuvas excepcionalmente fortes e/ou extemporâneas, a produção é bastante satisfatória. No que se refere ao algodão herbáceo, a colheita esperada, de 2,7 milhões de t **(IBGE)**, *será a maior já registrada no país. O mesmo acontece com a soja, cuja área plantada, de 10 milhões de ha, também poderá propiciar uma produção invulgar, de 17,5 milhões de t. O bom desempenho das demais lavouras – arroz, feijão e milho – igualmente suscitou estimativas elevadas, próximas às melhores safras obtidas no passado.*

O agricultor se defrontou com muitos e sérios obstáculos no momento de sua tomada de decisão sobre o que plantar (crédito escasso e caro, carência de sementes de boa qualidade e insumos a preços quase proibitivos), mas as atuais avaliações da safra 1984/85 revelam que houve notável tenacidade de sua parte, ajudada, felizmente, pela permanência, de modo geral, de condições climáticas adequadas.

Essas avaliações, contudo, ainda são preliminares e para que se concretizem, em sua plenitude, é mister que se venha a contar com o bom desempenho, também, nas regiões de plantio mais tardio, ou seja, no Norte/Nordeste. Igualmente, será necessário, no caso de alguns produtos, obter êxito em uma segunda safra, plantada, via de regra, sob clima mais rigoroso. O perfeito equilíbrio no abastecimento, ao longo do ano, ainda não está assegurado, portanto.

Apesar da relativa pujança da safra, os sinais captados das zonas de produção transmitem, acima de tudo, preocupação. Até meados de março, escasseavam definições sobre as normas de concessão dos **Empréstimos do Governo Federal**, *de grande importância para assegurar uma comercialização sem maiores turbulências.*

Agora, no início da colheita, os preços de mercado estão em níveis bem inferiores aos mínimos oficiais. A permanecer esta situação, pode-se prever que grande parte da safra será colocada em **AGF**, *garantindo ao agricultor o recebimento do preço mínimo. Esta opção não é, entretanto, a mais adequada, quando se considera o montante de recursos públicos envolvidos e a rigidez que tomaria conta do sistema de abastecimento, concentrando a oferta em poder do governo.*

Em que pese o Tesouro de há muito estar exaurido, o esforço envolvido na canalização de recursos para **EGF's** *seria uma decisão que contribuiria para reduzir o total das despesas públicas, o que a médio prazo também resultaria em contenção da expansão dos meios de pagamento.*

Nas próximas semanas, quando se acelerará o ingresso da safra no mercado, terão de ser adotadas claras e importantes decisões, capazes de bem conduzir o processo da comercialização, sendo certo que elas também influenciarão o plantio do próximo ano agrícola.

SUMÁRIO

ACOMPANHAMENTO DAS SAFRAS DE:

- Algodão 2
- Arroz 6
- Feijão 10
- Milho 14
- Soja 17

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 21

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL 23

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS

- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

ALGODÃO

NA COMERCIALIZAÇÃO DA SAFRA AGORA COLHIDA, O COTONICULTOR DA REGIÃO CENTRO-SUL NÃO DEVERÁ OBTER OS MESMOS GANHOS QUE O FIZERAM EXPANDIR O PLANTIO. OS PREÇOS ESTÃO ABAIXO DO MÍNIMO, A PRODUTIVIDADE E A QUALIDADE DESTA SAFRA SÃO INFERIORES ÀS DA ANTERIOR E OS CUSTOS DE PRODUÇÃO AUMENTARAM. NO NORDESTE, INEXISTEM ESTIMATIVAS, POIS A LAVOURA DO HERBÁCEO AINDA NÃO FOI PLANTADA, MAS SE SABE QUE A SAFRA NÃO DEVERÁ SER INFERIOR À DE 1984.

A significativa expansão da área plantada no Centro-Sul, notadamente no Paraná (52%) e São Paulo (53%), em função dos elevados preços recebidos pelos produtores com a venda da colheita anterior, deverá resultar numa produção recorde.

No período de plantio, porém, as perspectivas da comercialização da safra 1984/85 não pareciam favoráveis, tendo em vista a abundante oferta internacional e o suprimento folgado no mercado interno, em 1984. No entanto, estimulados pelos altos preços auferidos durante o primeiro quadrimestre daquele ano e pela expectativa de um preço mínimo remunerador, os cotonicultores ampliaram substancialmente suas áreas de cultivo (ver Quadro 01). Deve-se destacar que, durante a comercialização da safra passada da região Centro-Sul, embora os agricultores tenham conseguido um retorno elevado, os beneficiadores e as cooperativas, principalmente as do Paraná, arcaram com prejuízos, por terem pago preços muito altos, que, a partir de fins de abril, não tiveram sustentação no mercado.

A queda das cotações internacionais, a partir de fins do primeiro quadrimestre (ver Gráfico 01), diante da estimativa de uma produção mundial recorde, acarretou o rebaixamento dos preços da fibra no mercado interno, na medida em que tornava atraentes as importações para a indústria e proibitivas as vendas de algodão brasileiro no exterior. Este, depois de abril, tornou-se rapidamente gravoso, levando ao fechamento um dos canais de comercialização (ver Quadro 02).

QUADRO 01 – BRASIL – PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM CAROÇO NA REGIÃO CENTRO-SUL – SAFRAS 1983/84 E 1984/85

ESTADO	1983/84		1984/85	
	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)
Paraná	322.124	611.865	490.000	906.500
São Paulo	244.000	507.686	373.400	624.325
Minas Gerais	109.138	85.273	151.321	202.789
Goiás	46.900	93.020	62.980	123.440
Mato Grosso do Sul	34.394	56.826	67.000	107.200
Mato Grosso	6.292	8.069	11.597	15.890
TOTAL	762.848	1.362.739	1.156.298	1.980.144

FONTE – IBGE.

A prorrogação do pagamento do *ICM*, concedida pelos governos dos estados de São Paulo, Paraná e Ceará, foi insuficiente para tornar competitivo o algodão brasileiro, que, ainda assim, esteve 20% mais caro do que o estrangeiro. A chegada ao mercado da excelente safra nordestina, a partir do segundo semestre, agravou a situação. Os preços recebidos pelos produtores do Nordeste eram semelhantes em termos nominais aos que haviam sido pagos aos cotonicultores do Centro-Sul, alguns meses antes.

A comercialização do algodão nordestino transcorreu sem maiores problemas, sobretudo porque o seu preço era menor do que o do estoque das cooperativas do Sul. Grande parte desse estoque, aliás, estimado em cerca de 100 mil t, ainda está em poder das cooperativas paranaenses, que não conseguiram vender. Talvez esse algodão possa ser exportado, caso se crie um esquema de estímulo às vendas, a exemplo da isenção de *ICM* e da cobertura pelo governo federal do diferencial de preço, ou outras medidas que reduzam sua gravosidade. Poderá, outrossim, ser vendido ao governo, ao preço mínimo da safra atual. Ambas as possibilidades são pleiteadas pelas cooperativas, mas encontram sérios obstáculos para a sua execução, dada a reduzida disponibilidade de recursos governamentais.

O crescimento significativo da oferta interna, esperado para este

ano (ver Quadro 02), vem mantendo os preços do pluma abaixo do mínimo. Além disso, nada indica que a partir do início de abril, quando o governo fixará o novo preço mínimo, que não será mais corrigido, até o final do ano, o mercado passe a pagar o preço fixado.

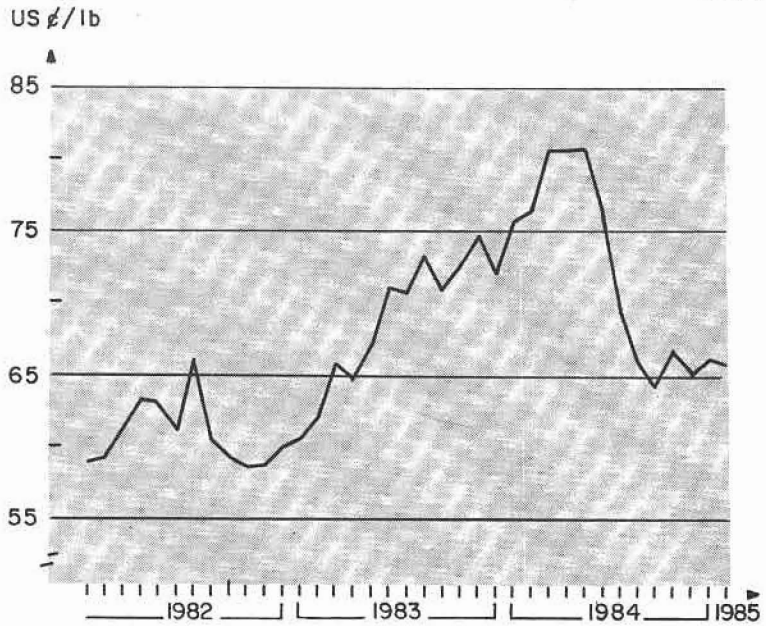
A indústria, ciente da super-oferta de algodão deste ano, não tem a intenção de comprar a esse nível de preço, nem parece disposta a fazer estoques. Aliás, a indústria têxtil desfruta, hoje, de posição muito cômoda, que só seria abalada no caso de se vir a realizar exportação de parte do excedente, estimado em cerca de 270 mil t do pluma.

O produtor, embora tenha efetuado vendas abaixo do preço fixado pelo governo, tenciona — e fará o possível para que isto aconteça — obter pelo menos o preço mínimo. Como, no momento, o mercado não lhe paga esse valor, sua única alternativa é vender através de *AGF's*. A tomada de *EGF's*, por outro lado, não é conveniente, pois nada indica que os preços venham a se recuperar em breve.

Por outro lado, é duvidoso que o governo tenha recursos suficientes para comprar, agora, parcela significativa da safra do Centro-Sul e, no segundo semestre, parte da safra nordestina. Conforme se observa no Quadro 02), a última projeção da safra do Centro-Sul indica uma produção de 678,4 mil t do pluma, o que, somada ao estoque existente, perfaz um total de 779,2 mil t, que é suficiente para suprir o consumo da indústria por 15 meses (consumo mensal estimado em 50 mil t em 1985). Vale lembrar que aquela produção deverá ser um pouco menor do que a estimada, já que o último levantamento ainda não considera as perdas provocadas pela estiagem no Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, durante a última quinzena de janeiro. Apurações preliminares da situação no Paraná indicam perda de 8%, mas, mesmo assim, a safra a ser

ALGODÃO — COTAÇÕES MÉDIAS MENSAIS — JAN/1982 — JAN/1985
(US¢/lb)

GRÁFICO 01



FONTE — Informativo de Mercado do BNCC.
NOTA — As médias até 1983 referem-se à cotação spot no mercado de Memphis. A partir daí, ao 1º futuro de Nova Iorque.

QUADRO 02 — BRASIL — BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE ALGODÃO EM PLUMA — 1983–85
(mil t)

DISCRIMINAÇÃO	1983	1984	1985[1]
a) — Estoque inicial	162,0	20,7	100,8
governo	60,4	1,5	3,0
iniciativa privada	101,6	19,2	97,8
b) — Produção	586,3	662,8	878,4
Centro-Sul	513,2	478,1	678,4
Norte-Nordeste	73,1	184,7	200,0
c) — Importação	2,4	4,9	—
d) — Oferta (a + b + c)	750,7	688,4	979,2
e) — Consumo	550,0	560,0	600,0
f) — Excedente (d — e)	200,7	128,4	379,2[2]
g) — Exportação	180,0	27,6	—
de estoque governamental	32,3	—	—
da iniciativa privada	147,7	27,6	—
h) — Estoque final (f — g)	20,7	100,8	—
do governo	1,5	3,0	—
da iniciativa privada	19,2	97,8	—
i) — Equivalência em meses de consumo	0,5	2,1	—

FONTE — CFP.
[1] Dados estimados (janeiro de 1985). O *USDA* estimou, em janeiro, a produção brasileira em 805 mil.
[2] Inclui o estoque de segurança das indústrias, estimado entre 100 e 120 mil t.

colhida será recorde. Em São Paulo, o *IEA* ainda não divulgou sua estimativa de quebra, mas a grande expansão da área plantada, mesmo com uma redução no rendimento, permitirá boa safra. O último levantamento do *IEA* admitia uma produção de 572 mil t (504 mil t em 1984).

Os danos da estiagem não se farão sentir somente na redução da produtividade da lavoura, pois o clima quente e seco em determinado estágio de desenvolvimento da planta, além de estimular o ataque de uma série de pragas (principalmente os ácaros) reduz a formação da fibra, o que redundará em menor rendimento industrial e queda nos preços recebidos pelos produtores.

Em resumo, no transcorrer da comercialização da atual safra, o cotonicultor não deverá obter ganhos semelhantes aos do ano passado, pois, além de os preços estarem abaixo do mínimo, a produtividade e a qualidade certamente serão inferiores às de 1984. É conveniente destacar que os custos de produção devem ter aumentado mais do que o esperado, pois a aplicação de defensivos está sendo superior à usual, devido ao forte ataque dos ácaros *rajado* e *vermelho* em São Paulo e Paraná.

No Nordeste, como a lavoura do herbáceo, que responde pela maior parte do total produzido na região, ainda não foi plantada, não há estimativas da safra, mas sabe-se que não deverá ser inferior à colhida em 1984. O fim da seca, os bons preços recebidos e os programas estaduais para a expansão da cultura devem garantir seu bom desempenho. O preço, fixado pelo governo em fins de janeiro em Cr$ 17 mil/@, mesmo inferior ao preço mínimo da região Centro-Sul deverá remunerar razoavelmente o produtor, ainda que o reajuste do preço básico do algodão tenha sido pequeno. A correção do preço básico até setembro, caso a inflação mensal caia a cerca de 8%, resultará num preço mínimo próximo a Cr$ 35 mil/@.

Destaque-se que o desempenho da lavoura nordestina poderá ser parcialmente comprometido, caso fracasse a comercialização da safra meridional e o mercado esteja bem abastecido nos próximos meses, sem que o governo, e as demais partes intessadas, encontrem uma solução para o excedente, a ser estocado por algum dos agentes de comercialização ao longo do ano. Caso a safra nordestina repita, no entanto, a *performance* de 1984, o excedente exportável (deixando-se no mercado 100 mil t do pluma para o suprimento da indústria por dois meses) deverá ficar próximo a 270 mil t, ou seja, superior a toda a safra da região Nordeste.

No que tange ao desempenho da indústria durante 1985, supõe-se que o mercado interno terá peso maior no consumo de artigos têxteis. A recuperação das vendas nos diversos segmentos, que se iniciou a partir do último trimestre de 1984 e persiste até o momento, poderá continuar nos próximos meses, mormente se ocorrer uma alteração favorável na política salarial. Deve-se destacar, entretanto, que a incipiente recuperação do mercado consumidor poderá ser prejudicada se as taxas de inflação continuarem altas, o que tornaria impossível garantir o poder de compra dos salários através dos reajustes.

No caso das exportações, o excelente desempenho obtido em 1984 dificilmente será superado este ano, já que as vendas cresceram em virtude de uma série de fatores favoráveis. Além do crédito-prêmio do *IPI*, que será extinto em abril, cuja taxa anual é de 2%, ainda influenciaram as exportações os preços competitivos da principal matéria-prima (o algodão) e a política cambial, que reajustou o cruzeiro sem levar em conta a inflação externa. Some-se a isso um mercado interno comprimido, que forçou os industriais a uma atuação mais decisiva no mercado internacioanal, e a recuperação da economia norte-americana, viabilizando o preenchimento total das quotas existentes naquele mercado.

Certos artigos confeccionados, cuja exportação estava isenta de quotas ou em que as quotas existentes não haviam sido preenchidas em anos anteriores, aumentaram extraordinariamente as suas vendas ao exterior. O mercado europeu, embora prejudicado pela elevada valorização do dólar, que reduziu a competividade dos produtos brasileiros (o cruzeiro continua sendo reajustado levando-se em conta apenas a moeda dos *EUA*), também absorveu grande parcela das exportações brasileiras. A Europa normalmente é grande importadora de produtos têxteis, devido ao arcaísmo dessa indústria na maior parte do continente. Além disso, se a valorização do dólar reduziu a competitividade dos produtos brasileiros, elevou, por outro lado, a dos produtos europeus no mercado norte-americano, o que fez crescer as exportações dos principais países, diminuindo o desemprego e fazendo crescer, conseqüentemente, a renda *per capita*.

O mercado norte-americano, segundo estatísticas preliminares, absorveu cerca de 30% das exportações brasileiras, o que, em termos de participação naquele mercado, significou pouco mais de 2%do total importado. As importações de têxteis pelos *EUA* cresceram 32% em quantidade no ano passado, em relação a 1983. O déficit do segmento têxtil chegou a US$ 6,2 bilhões em 1984, crescendo 54% em relação ao ano anterior e foi causado, basicamente, pela valorização da moeda norte-americana, que tornou baratas as importações e extremamente onerosos os produtos provenientes dos *EUA*. Esta situação vem resultando numa onda crescente de protecionismo por parte do governo americano, onde o exemplo mais recente é a lei que obriga a colocação de etiquetas de origem nos produtos têxteis importados, evitando, dessa forma, que um artigo cortado ou modelado, por exemplo, em *Hong Kong* e costurado na *China*, entre nos *EUA* como produto chinês.

Outro exemplo do marcante protecionismo dos *EUA* é a paralisação das negociações do acordo bilateral com o Brasil, cuja participação no mercado norte-americano é tão pequena que não pode ameaçar a indústria local. O acordo, que expira em fins de março, voltará a ser negociado no início do próximo mês,

em *Washington*, e o Brasil espera conseguir uma posição melhor do que a oferecida pelos *EUA* nas conversações iniciais.

Este ano, conforme o compromisso assumido perante o *GATT*, o crédito-prêmio do *IPI* praticamente já não existe e o aumento dos juros fez crescer significativamente os encargos pagos pelos exportadores nos créditos relativos às *Resoluções n.os 882* e *883*, que são recursos, em sua maioria, utilizados como capital de giro das empresas. Deve-se acrescentar, ainda, que o aumento da oferta mundial de algodão, que fez cair as cotações internacionais, também reduziu os preços dos principais produtos exportados pelo Brasil, ou seja, fios, tecidos, malhas e confecções de algodão e roupas de cama, mesa e banho. Assim, mesmo sem levar em consideração a recuperação do mercado interno, as vendas para o exterior já se tornaram bem menos atraentes este ano, o que, por si só, deverá inibir uma expansão das exportações.

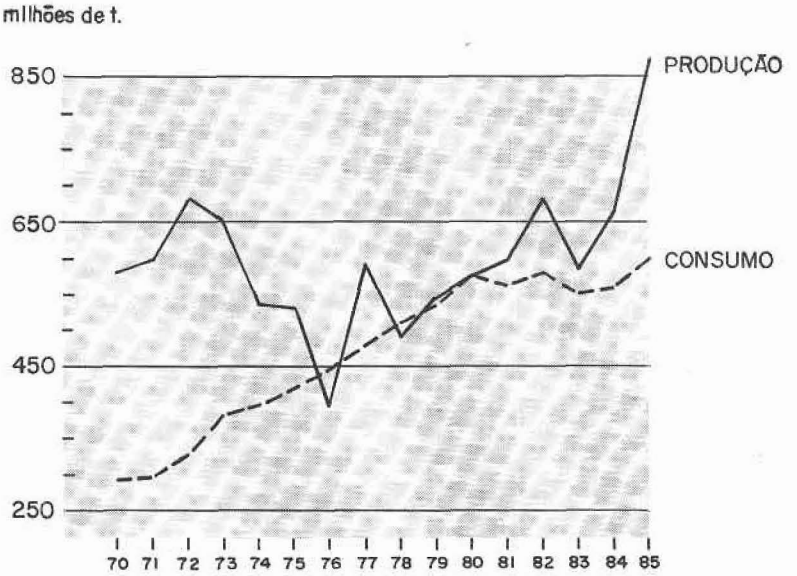
A recuperação do mercado interno, por outro lado, atua no mesmo sentido, visto que a indústria pode agora colocar internamente uma maior parcela de produção a preços melhores do que os conseguidos nas

"tendência de queda dos preços do algodão auxiliará a expansão da demanda por têxteis . . ."

vendas ao mercado internacional. Assim, a indústria têxtil brasileira deverá, este ano, voltar aos níveis de quase plena atividade, impulsionada pelo aumento da demanda interna e pelo mercado externo, que, embora com preços menores, continuará comprador. Vale lembrar que a tendência de queda projetada para os preços do algodão, tanto interna como externamente, auxiliará no sentido de uma expansão da demanda por produtos têxteis, nos dois mercados (ver Gráficos 02 e 03).

BRASIL – PRODUÇÃO E CONSUMO INDUSTRIAL DE ALGODÃO EM PLUMA
1970–85[1]
(milhões de t)

GRÁFICO 02

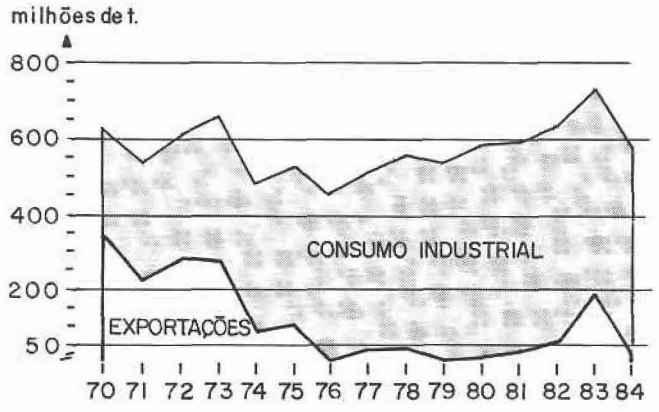


FONTE – CFP.

[1] Estimativa preliminar.

BRASIL – DEMANDA TOTAL E EXPORTAÇÕES DE ALGODÃO EM PLUMA
1970–84
(milhões de t)

GRÁFICO 03



FONTE – CFP e Cacex.

ARROZ

O MERCADO TEM ESTADO BEM ABASTECIDO, HÁ MESES E, PARA CONTER MOVIMENTOS ARTIFICIAIS DE ALTA NO ATACADO, O GOVERNO FEDERAL, NO INÍCIO DO ANO, AUTORIZOU IMPORTAÇÃO. OS ESTOQUES PARTICULARES SÃO ELEVADOS E ESPERA-SE UMA BOA SAFRA, O QUE DEVERÁ MANTER PREÇOS SOB PRESSÃO, ACARRETANDO MACIÇAS AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS.

De acordo com a mais recente estimativa do *IBGE* (ver Quadro 03), a safra 1984/85 será uma das maiores já colhidas no país. Observe-se, porém, que a consecução deste resultado exigirá que se alcance rendimento médio recorde, de 1.866 kg/ha, do qual os arrozais brasileiros aproximaram-se, pela última vez, em 1942 (1.777 kg/ha). A área plantada é menor do que a do ano passado e é provável que o rendimento médio se situe próximo ao de anos recentes (1.550 kg/ha, no último qüinqüênio).

Até o início de março, com a colheita iniciada nas mais importantes zonas de produção, ainda havia muita indefinição. No Rio Grande do Sul, por exemplo, onde se colheram 20% da safra, não se podia assegurar se as estimativas de perdas, derivadas da estiagem, serão ou não concretizadas. De fato, diversas entidades consideravam, em janeiro, que a situação das plantações poderia tornar-se crítica, caso prosseguisse a falta de chuvas na Fronteira Oeste. Na região da Campanha, principal produtora do Rio Grande do Sul (ver Quadro 04), houve localidades em que a escassez hídrica prolongou-se por três meses e é possível que tenha deixado sérias seqüelas, em razão de peculiaridades do cultivo regional (considera-se que a real capacidade da infra-estrutura montada para a irrigação seja cerca de 80% da área usualmente cultivada). As novas variedades de alta produtividade (*BR/Irga — 409 e 410*) têm um ciclo de vida mais longo, necessitando de aproximadamente mais um mês de irrigação, o que, além de aumentar sua vulnerabilidade a eventuais períodos secos, onera o custo de produção.

Mesmo assim, a introdução de novos cultivares deverá acelerar-se, pois, além de sua vantagem em termos de produtividade, vem sendo observado, na região de Uruguaiana, um processo de degenerescência nos cultivos da variedade até então mais empregada, a *Blue Belle,* que parece estar formando cachos menores. Este cultivar de origem norte-americana tem, porém, melhor cotação no mercado e, segundo o *Banco do Brasil,* que financia 90% da área da orizicultura, poderá, naquela zona de produção, render mais Cr$ 5 mil/saca de 50 kg nesta safra. Na safra 1983/84, a *Blue Belle* cobriu 52,42% da área plantada com arroz, a *BR/Irga—409,* 39,15%, a *BR/Irga—410,* 5,72% e a *Dawn* e a *Lebonnet,* juntas, 2,71%

O atual estado da lavoura gaúcha dificulta qualquer avaliação, pois as precipitações ocorridas em fevereiro parecem ter recuperado extensões antes consideradas perdidas, amenizando os efeitos da seca. Sabe-se que as extremidades de muitas plantações, mais afastadas das fontes de fornecimento de água, foram destruídas. Boa parte dos arrozais apresenta plantas pouco saudáveis e muitos foram afetados pelo amadurecimento precoce, provocado pela estiagem.

As dificuldades com o clima não se restringiram ao Rio Grande do Sul. No segundo maior estado produtor, o Maranhão, os problemas climáticos que prejudicaram (e ainda prejudicam) a safra foram o oposto do ocorrido no Sul do país. Desde o início do plantio, em dezembro, fortes chuvas têm transtornado as lavouras, a ponto de os pequenos produtores, majoritários, não conseguirem, sequer, efetuar a queima da roça no período normal.

Segundo a delegacia do *IBGE,* em São Luís, a área estadual plantada está estimada em 815 mil ha, ligeiramente abaixo do verificado na mesma época do ano passado (820 mil ha). Contribuíram para isto a dificuldade de acesso e a própria escassez do crédito rural, o já citado excesso de chuvas e a falta generalizada de sementes.

Em razão do elástico calendário do plantio no Maranhão, supõe-se que a área de cultivo poderá crescer um pouco mais, igualando-se à de 1984, principalmente nas microrregiões mais importantes, como Imperatriz e Pindaré. No Sul maranhense, já se iniciou a colheita, que estará encerrada, em todo o estado, em julho. Até lá, além dos problemas anteriormente referidos, dever-se-á contar com a tradicional evasão de mão-de-obra, promovida pela reabertura dos garimpos no Pará.

Malgrado os problemas climáticos, ao menos a orizicultura, como atividade econômica, foi suficientemente atrativa para registrar, no Rio Grande do Sul e no Maranhão, áreas de plantio semelhantes às da safra passada. Nos três estados do

QUADRO 03 – BRASIL – ARROZ EM CASCA – ESTIMATIVAS DE ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DAS SAFRAS 1983/84[1] e 1984/85

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		PRODUTIVIDADE (kg/ha)	
	1983/84	1984/85	1983/84	1984/85	1983/84	1984/85
Rio Grande Sul	724.614	718.196	3.119.013	3.005.619	4.304	4.185
Maranhão	820.211	815.610	1.145.223	1.159.122	1.396	1.421
Goiás	1.029.570	865.420	1.037.760	1.066.380	1.008	1.232
Minas Gerais	547.889	560.385	592.957	862.901	1.082	1.540
Mato Grosso	570.621	420.509	672.671	550.800	1.179	1.310
São Paulo	340.544	316.287	399.312	501.504	1.173	1.586
Santa Catarina	139.771	142.000	451.942	427.600	3.233	3.011
Paraná	196.700	205.000	242.570	296.000	1.233	1.444
Matro Grosso do Sul	343.142	245.360	381.649	294.432	1.112	1.200
Piauí	158.036	194.805	200.057	249.928	1.266	1.283
Rondônia	120.864	141.977	181.847	213.393	1.505	1.503
Rio de Janeiro	30.949	33.064	96.007	104.813	3.102	3.170
Espírito Santo	31.584	36.198	85.244	103.444	2.699	2.858
Ceará	40.552	46.000	82.597	95.000	2.037	2.065
Pará	114.913	87.163	149.395	94.204	1.300	1.081
Bahia	59.839	54.100	30.338	80.663	507	1.491
Acre	27.453	26.225	44.813	41.558	1.632	1.585
Sergipe	9.290	10.721	26.625	27.746	2.866	2.588
Paraíba	7.790	10.954	13.261	21.052	1.702	1.922
Pernambuco	4.171	5.000	15.688	19.000	3.761	3.800
Alagoas	6.196	7.340	13.632	17.147	2.200	2.336
Rio Grande do Norte	7.178	7.521	8.731	9.404	1.216	1.250
Distrito Federal	12.500	6.500	12.170	7.800	974	1.200
Amazonas	1.770	2.823	2.194	3.380	1.240	1.197
Amapá	1.166	1.181	1.431	1.335	1.227	1.130
Roraima	8.758	–	15.409	–	1.759	–
BRASIL	5.356.071	4.960.339	9.022.536	9.254.225	1.685	1.866

FONTE – IBGE (fevereiro de 1985).
[1] **Dados finais.**

Centro-Oeste, responsáveis por 23% da safra passada, no entanto, não se pode contar com este fator – mesma área – como garantia mínima de uma boa safra. Com efeito, a tendência à redução do plantio do arroz na região se mantém (ver Quadro 05), calcada nas mesmas razões: falta de crédito para a abertura de novas áreas, necessário em função do caráter itinerante do cultivo e baixa rentabilidade da atividade, originária dos custos de produção inflados pelas atuais dificuldades da economia e pela baixa produtividade das lavouras de sequeiro. Aliás, a ausência de variedades desenvolvidas para as condições edafo-climáticas do cerrado perpetua os problemas da cultura.

Este ano, um novo elemento veio somar-se a estas adversidades no Mato Grosso: a praga de gafanhotos, que provocou danos a diversas plantações em 1984, persiste. Segundo o *IBGE*, o temor destes insetos ocasionou novas dificuldades, pois "levou à recomendação técnica de atrasar o plantio, só o fazendo este mês (janeiro) e as lavouras ainda em fase de germinação e com o solo desprotegido ficaram sob a incidência de fortes chuvas, com vários casos de erosão e problemas de uniformidade da germinação e da do *stand* inicial".

No Mato Grosso do Sul, a redução do plantio deveu-se à opção pela soja, que há anos vem ocupando áreas da orizicultura, o que também ocorre no Distrito Federal. Em Goiás, embora o plantio seja menor, a boa distribuição das chuvas poderá auxiliar a consecução de uma produtividade bastante aceitável (ver Quadros 03 e 05). Neste último estado, as lavouras apresentam razoável tecnificação

QUADRO 04 – RIO GRANDE DO SUL – ARROZ EM CASCA – PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES – 1983

MUNICÍPIO	MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ÁREA COLHIDA (ha)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (Cr$ 1.000)
Uruguaiana	Campanha	229.607	56.070	4.095	25.123.598
Santa Vitória do Palmar	Lagoa Mirim	220.590	57.000	3.870	24.633.285
Itaqui	Campanha	144.509	37.800	3.823	15.690.787
Camaquã	Lagoa dos Patos	110.547	26.322	4.200	13.453.504
Alegrete	Campanha	104.550	30.000	3.485	9.175.308
São Borja	Campanha	90.206	23.100	3.905	9.817.119
Arroio Grande	Lagoa Mirim	86.400	24.000	3.600	9.648.288
Dom Pedrito	Campanha	73.685	22.520	3.272	7.073.760
Cachoeira do Sul	Vale do Jacuí	70.262	20.930	3.357	5.972.270
São Gabriel	Campanha	54.913	19.140	2.869	5.893.812
RIO GRANDE DO SUL		2.220.497	636.539	3.488	243.500.403

FONTE – IBGE.

e o plantio irrigado tem-se expandido gradualmente.

Em Santa Catarina, onde se concentra uma das maiores áreas de arroz irrigado, a safra também passou por algumas dificuldades. No Oeste catarinense, a estiagem causou danos às lavouras de sequeiro e, no Sul, inundações acarretaram a perda de algumas plantações (2 mil ha, segundo a *CFP*). Devido a estes problemas, a produtividade média será afetada. Fontes do estado estimavam-na em 4.050 kg/ha nos 90 mil ha irrigados e em 1.300 kg/ha nos 52 mil ha de arroz de sequeiro. No momento, considera-se que as lavouras irrigadas renderão algo em torno de 4.000 kg/ha.

Aliás, a produtividade catarinense apresenta tendência de aumento em razão da melhor tecnologia empregada, que inclui o uso de sementes mais produtivas, como as fornecidas pelo *Irga (409 e 410)*. Tornou-se freqüente a obtenção de 6 mil kg/ha em lavouras bem conduzidas e, na safra passada, chegou-se a conseguir, em plantio comercial, mais de 10 mil kg/ha.

A opção pelos cultivares mais aprimorados deverá garantir à orizicultura maior atratividade, através da redução dos custos de produção.

No que se refere ao mercado, porém, as perspectivas da atual safra do país não parecem favoráveis. A produção do ano passado não foi inteiramente escoada, pois, mesmo deixando de apresentar resultado excepcional, defrontou-se com uma demanda em retração. Embora ainda não se tenha dimensionado a queda do consumo, este atingiu patamar suficientemente baixo para manter as cotações estagnadas longamente. O Quadro 06 mostra que o *preço básico* fixado para esta safra esteve sempre acima do preço médio recebido pelo agricultor. Toda a movimentação de meados do ano, em torno de reivindicações quanto aos preços mínimos oficiais e a uma remuneração mais aceitável resultou em altas efêmeras dos preços.

" . . . a insatisfação com os preços fez com que alguns atacadistas buscassem recompor suas margens de ganho . . ."

A *Companhia de Financiamento da Produção* estimava que os estoques seriam da ordem de 400 mil t, mas há indícios de que poderão ser maiores, talvez beirando as 700 mil t. Este mês, será encerrado o levantamento final de estoques e, possivelmente, ter-se-á uma nova estimativa do consumo, que balizará as decisões a serem tomadas para o pleno abastecimento.

No início do ano, a insatisfação com os preços fez com que alguns atacadistas buscassem recompor suas margens de ganho, provocando uma alta que era aguardada há semanas. Não conseguiram compatibilizar o preço de mercado com o *preço básico* reajustado, mas despertaram a atenção da *Seap*, levando-a a liberar arroz para os supermercados do Rio de Janeiro, estancando o aumento dos preços. Também a importação, efetuada nos termos da *Resolução nº 973*, de 07/12/84, do *Banco Central*, contribuiu para o arrefecimento da alta. O produto foi adquirido no Uruguai e na Argentina, totalizando 56 mil t, que se escoaram rapidamente.

Diante desses fatos não se pode vislumbrar, no momento, qualquer possibilidade de recuperação do mercado. Não houve nenhuma definição quanto aos recursos destinados

QUADRO 05 – REGIÃO CENTRO-OESTE – ARROZ EM CASCA – ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE – 1975/76 – 1984/85

SAFRA	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)		
	Goiás	Mato Grosso[1]	Mato Grosso do Sul	Goiás	Mato Grosso[1]	Mato Grosso do Sul	Goiás	Mato Grosso[1]	Mato Grosso do Sul
1975/76	1.144.128	1.493.261	...	1.319.458	1.626.828	...	1.153	1.089	...
1976/77	777.360	1.546.663	...	620.472	2.095.558	...	798	1.355	...
1977/78	752.550	1.526.443	...	621.120	1.396.695	...	825	915	...
1978/79	931.110	741.130	584.719	1.155.080	975.476	457.131	1.241	1.316	782
1979/80	1.184.200	896.243	501.333	1.460.180	1.174.085	504.212	1.233	1.310	1.006
1980/81	1.117.840	862.699	411.972	920.710	941.577	451.232	824	1.091	1.095
1981/82	1.128.700	794.607	315.036	1.394.500	999.041	339.315	1.235	1.257	1.077
1982/83	985.185	702.365	308.823	1.080.720	784.179	450.796	1.097	1.116	1.460
1983/84	1.029.570	570.621	343.142	1.037.760	672.671	381.649	1.008	1.179	1.112
1984/85	865.420	420.509	245.360	1.066.380	550.800	294.432	1.232	1.310	1.200

[1] Inclui o Mato Grosso do Sul, até 1977/78.

FONTE – IBGE.

aos *EGF's* e às *AGF's* e a terceira parcela do crédito de custeio ainda não foi liberada. Isto deverá obrigar os orizicultores a venderem imediatamente as primeiras partidas da colheita, pois muitos deles comprometeram-se com financiamento a juros de mercado, oscilando entre 17% e 21% ao mês. Na safra passada, a situação era semelhante, mas o ônus da manutenção de estoques era menor.

Mantendo-se a dificuldade de liberação dos *EGF's*, pode-se prever que ganhará grande importância a atuação da *CFP*, no exercídio da aplicação da Política de Garantia de Preços Mínimos, caso pelo menos as *AGF's* sejam contempladas com os recursos necessários. Logo na primeira semana de março, iniciou-se a operação dos *Postos Volantes de Compra* das regiões de fronteira agrícola, mas a atuação da *Companhia* deverá ser exigida em todos os estados.

As indefinições não se situam, porém, apenas na esfera econômica. O novo governo federal ainda não pôde definir quais as futuras funções das diversas entidades atuantes na área da agricultura. Qualquer decisão tomada, porém, estará circunscrita à comercialização da safra. As preocupações com a produção em si serão transformadas em ação um pouco mais tarde, havendo a expectativa de que velhas propostas de concessão de estímulos à produção de alimentos básicos sejam acatadas. No caso do arroz, estas incluem o tratamento diferenciado, à semelhança do que se deu com o feijão, para os pequenos agricultores, notadamente na área do sequeiro.

QUADRO 06 – ESTADOS SELECIONADOS – ARROZ EM CASCA – PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES E PREÇO BÁSICO AGOSTO/1984 – JANEIRO/1985 (Cr$/kg)

ESTADO	AGOSTO/84	SETEMBRO/84	OUTUBRO/84	NOVEMBRO/84	DEZEMBRO/84	JANEIRO/85
Rio Grande do Sul	268,83	289,11	312,49	398,23	522,08	559,00
Maranhão	199,55	236,54	260,86	308,17	353,17	418,00
Goiás	259,87	289,85	336,84	410,90	525,48	568,00
Minas Gerais	297,97	329,24	381,24	429,24	540,82	603,00
Mato Grosso	236,31	255,59	315,12	386,93	450,28	481,00
Preço básico do arroz de sequeiro	360,00	398,16	439,96	495,40	544,44	601,62
Preço básico do arroz irrigado	428,00	473,36	523,06	588,96	647,28	715,24

FONTE – FGV/IBRE/CEA e CFP.

FEIJÃO

A SAFRA DAS ÁGUAS TEVE, EM LINHAS GERAIS, UM BOM DESENVOLVIMENTO E A SUA COMERCIALIZAÇÃO VEM-SE FAZENDO COM TRANQUILIDADE. COMO A PRODUÇÃO NORDESTINA AFINAL FOI BENEFICIADA POR UM CLIMA AMENO E O PLANTIO DA SAFRA DA SECA PARECE TER SIDO EXTENSO, TUDO INDICA QUE O ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO MERCADO TRANSCORRERÁ SEM MAIORES PROBLEMAS, A NÃO SER QUE SOFRAM PERDAS AS LAVOURAS COLHIDAS NO SEGUNDO SEMESTRE.

A tradicional importância do feijão na cesta básica de alimentos não foi suficiente para suscitar um grande interesse no estímulo ao seu cultivo, por muito tempo. Vários estudos mostraram que o feijão sempre arcou com o *ônus da marginalidade* de ser uma lavoura destinada ao abastecimento do mercado interno. A prolongada falta de investimento na infra-estrutura necessária ao êxito do cultivo resultou na atual situação, que já dura alguns anos, em que o Estado se preocupa em conceder estímulos e amparo através da *Política de Garantia de Preços Mínimos,* num esforço que acaba sendo baldado por eventuais problemas climáticos.

Na safra das águas 1984/85, repetiram-se alguns dos incentivos anteriormente concedidos. Os produtores de feijão foram beneficiados com o maior reajuste do preço básico, entre os cultivadores dos principais alimentos destinados ao mercado interno (+ 276,4%). Seguiram-se-lhes o reajuste dado ao preço da mandioca, com 270%, ao milho, com 251,4% e ao arroz, com 221,4% no cultivo de sequeiro e 219% no irrigado. O privilégio que vinha sendo concedido, em termos de adiantamento dos *Valores Básicos de Custeio,* porém, foi eliminado. A nova categoria de *pequenos produtores,* criada nesta safra, incorpora a quase totalidade dos produtores de feijão e recebe apenas 80% do *VBC.* A diferença no acesso ao *Proagro* foi mantida.

Estes fatores, associados ao comportamento do mercado (ver Gráficos 04 a 06), fizeram com que se mantivesse o interesse pelo plantio. Os principais estados produtores ou repetiram a área do ano anterior, ou a ampliaram ligeiramente, como demonstra o Quadro 07, que inclui, pela primeira vez, a safra cearense.

Desta feita, os problemas climáticos não foram de grande monta, na maior parte das zonas de produção. No que se refere ao Paraná, o principal produtor da safra das águas, o *Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura,* em março, avaliou a produção entre 450 mil e 475 mil t, com maiores possibilidades para a estimativa mais otimista. No início do mês, faltavam colher apenas 5 mil ha, que produziriam mais 3 mil a 4 mil t.

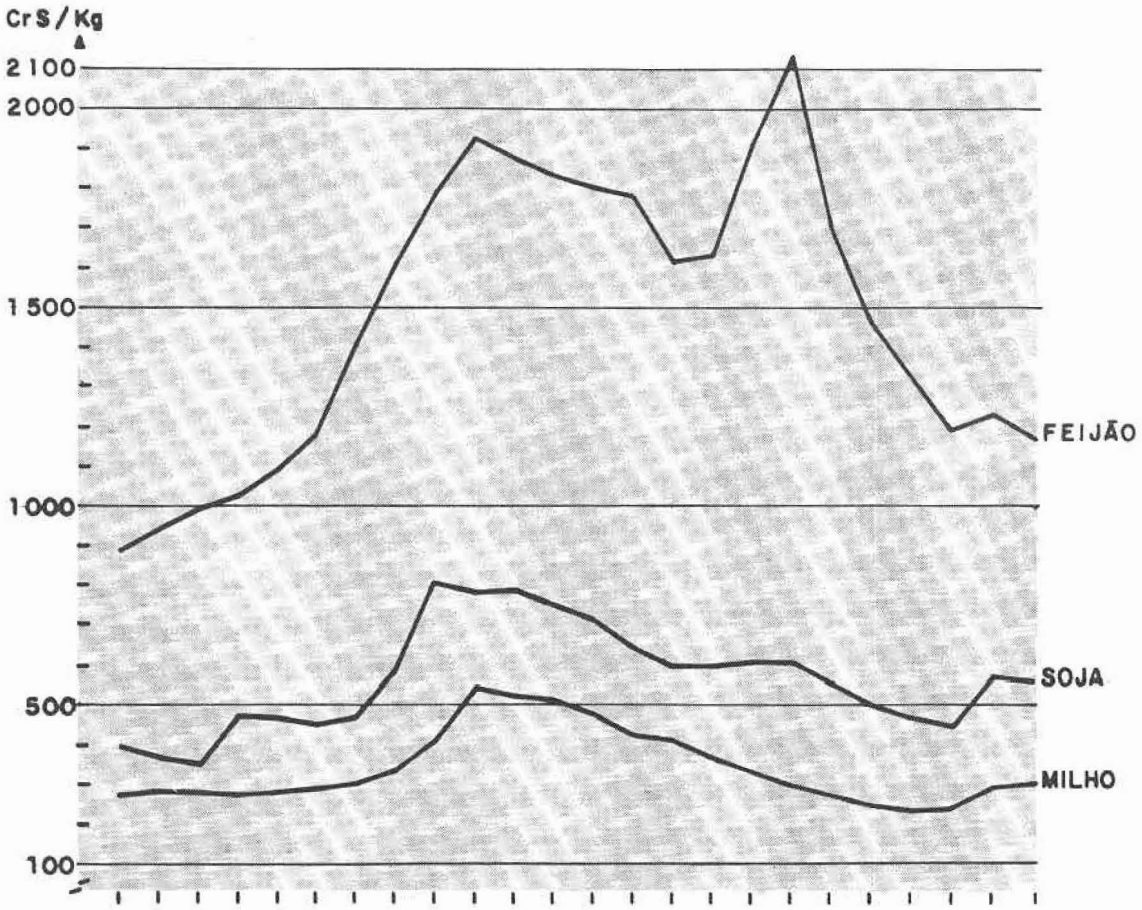
A produtividade média obtida até o momento mostra que os danos causados pelo clima não tiveram a mesma seriedade de anos anteriores. De fato, embora o Norte paranaense, produtor de *feijão de cores* (ver Mapa 01) tenha sido um tanto prejudicado pela seca e por geadas, as regiões Centro-Sul, Oeste e Sudeste tiveram o melhor desempenho dos últimos cinco anos. Para o estado, espera-se um rendimento médio de cerca de 720 kg/ha.

Em São Paulo, os resultados da safra também superam os do ano passado. A área, de 225,8 mil ha, foi maior (segundo o *IEA,* a área da *safra das águas* anterior foi de 211,2 mil ha) e a produção atingiu 141,9 mil t. No momento, aguarda-se o início da colheita da *safra da seca,* cujo plantio já se encerrou. A partir de abril, terá início a entrada do



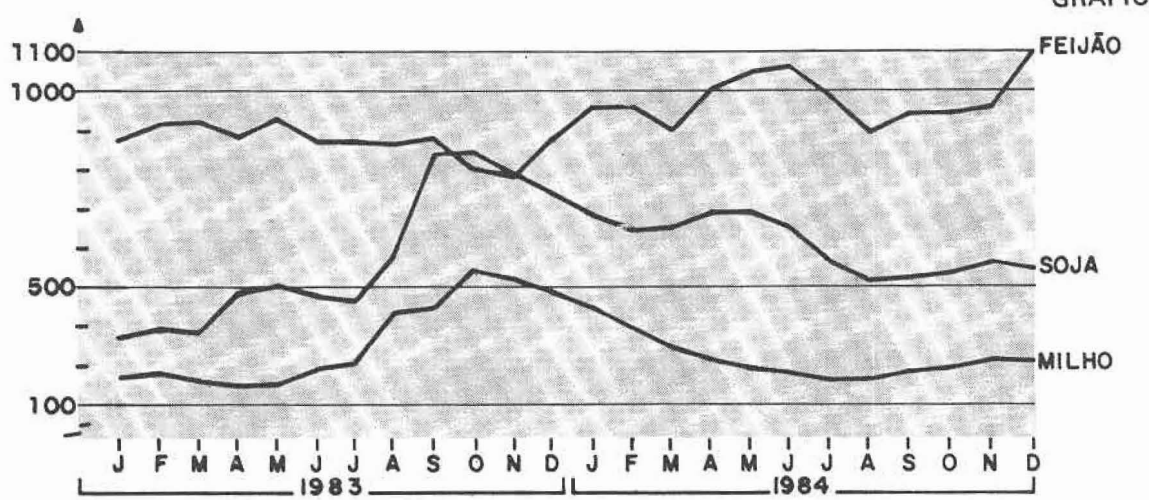
BRASIL – EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE FEIJÃO, MILHO E SOJA
1983–84
(Cr$/kg)

GRÁFICO 04



SANTA CATARINA – EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[1]
RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE FEIJÃO, MILHO E SOJA – 1983–84

GRÁFICO 05

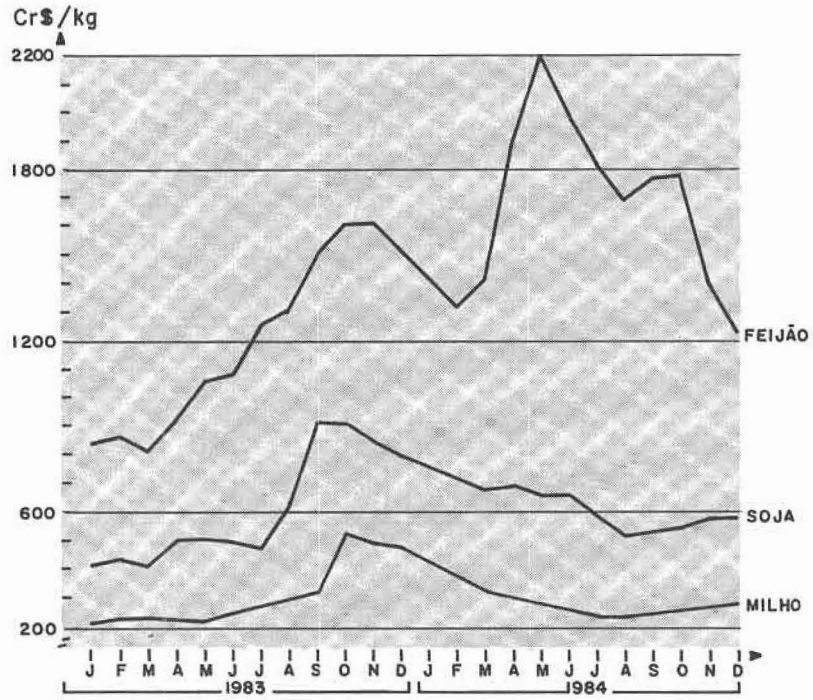


FONTE – FGV/IBRE/CEA.

[1] Valores corrigidos pelo IGP–DI para dezembro de 1984.

PARANÁ – EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE FEIJÃO, MILHO E SOJA – 1983–84
(Cr$/kg)

GRÁFICO 06



FONTE – FGV/IBRE/CEA.
[1] Corrigidos pelo IGP–DI, para dezembro de 1984.

produto novo, que se concentrará em maio. Embora não haja estimativas para a *safra da seca,* supõe-se que a área plantada em 1984, de 209,6 mil ha, poderá ser ultrapassada, chegando a aproximadamente 230 mil ha. Em nível de produtor, inexiste estoque à venda e não há cotação na região de Sorocaba. No atacado de São Paulo, a média das transações situa-se ao redor de Cr$ 120 mil para o feijão *carioquinha.*



No plantio catarinense, também ocorreram diferentes repercussões do clima sobre as lavouras, o que prejudica um pouco os levantamentos da safra. Com o encerramento da colheita, a *CEPA* estima que as 214,2 mil t previstas talvez não sejam alcançadas, pois a seca afetou as lavouras da região do Planalto, principal produtora de *feijão preto.* Aliás, esta variedade perdeu, nesta safra, um pouco de sua importância, com o ingresso do feijão *carioquinha,* notadamente no Oeste.

Atualmente, aguarda-se a colheita da *safra da seca,* que teve seu plantio atrasado pela estiagem. Normalmente, iniciar-se-ia a colheita em fins de abril ou início de maio, mas deverá atrasar.

Também na segunda safra deverá ocorrer uma expansão do plantio, esperando-se que alcance os 155 mil ha (foram plantados 151,9 mil ha em 1984). À semelhança da *safra das águas,* algumas áreas anteriormente ocupadas com milho passarão ao feijão (o atraso do plantio, em janeiro, contribuiu para isto e aumentou o consorciamento feijão/milho). Na primeira safra, couberam ao feijão *preto* 50% da produção e, na segunda, o *carioca* deverá responder por 60%, pois os agricultores do Planalto quase não plantam na *safrinha.* Das 300 mil t de feijão adquiridas pela *CFP* nesta safra, cerca de 90 mil t provieram de Santa Catarina.

Nos três principais estados produtores, as perdas com o clima não foram acentuadas, mas em Minas Gerais, quarto produtor das *águas* e primeiro da *seca,* estima-se que cerca de 34% da primeira safra tenham sido perdidos com as chuvas. A previsão inicial era de uma boa safra e o mercado esteve fraco, levando a *Companhia de Financiamento da Produção* a efetuar algumas compras nos meses de dezembro e janeiro. Confirmadas as perdas, porém, o mercado se aqueceu e a *CFP* se afastou. Mesmo com a alta, as cotações dos feijões *de cores* subiram pouco mais do que a correção do preço mínimo, com o feijão *preto* um pouco mais valorizado.

A *safra da seca* mineira ainda não conta com avaliações precisas, mas fontes estaduais vêm relatando uma grande movimentação de plantio. Mantendo-se a atual favorabilidade climática, espera-se que a área cultivada chegue aos 400 mil ha.

Também no Nordeste o clima vem sendo favorável ao feijão. Até dezembro, supunha-se que ocorreria outro fracasso na produção da Bahia, mas as chuvas de janeiro recuperaram as lavouras. Naquele mês, o *GCEA* estimou a área plantada em 215,5 mil ha e a produção em 158,5 mil t. Já em fevereiro, considerou-se uma área bem maior, de 293,4 mil ha e uma

produção de 185,16 mil t, a maior colheita dos últimos cinco anos, embora a área de plantio ainda seja menor do que a de safras anteriores (ver *Agroanalysis,* vol. 8, nº 11).

A colheita da primeira safra da Bahia concentra-se em março e as primeiras entradas do produto, associadas à certeza de uma boa produção, têm contribuído para a atual tranqüilidade do mercado. Com efeito, embora praticamente não haja mais feijão nas zonas de produção do Centro-Sul, o mercado paulista há semanas oscila na faixa dos Cr$ 115 mil/60 kg para o feijão *carioquinha* e dos Cr$ 100 mil para o feijão *preto.*

Diante do bom resultado da *safra das águas* e das boas perspectivas do plantio da *seca,* a situação do mercado deverá ser de estabilidade ainda por algum tempo. Ao que tudo indica, as cotações do feijão *preto* poderão superar o preço mínimo, do qual estarão bem próximas as cotações dos *feijões de cores.*

Evidentemente, o equilíbrio do mercado dependerá da segunda safra. A primeira avaliação do plantio da *seca,* feito pela *CFP,* incorpora apenas o Centro-Sul e apresenta uma produção de 678,8 mil t, 10% a mais do que no ano passado. Para se ter uma idéia do balanço de oferta e demanda de feijão, que deverá orientar as ações da nova administração federal, deve-se ter em conta que a *CFP* estima o consumo um pouco superior ao do ano passado, quando teria atingido 2,6 milhões de t. Como sua avaliação da primeira safra é de 1,25 milhão de t, vê-se que a produção dos estados nordestinos, na safra da *seca,* deverá ser de aproximadamente 700 mil t, para que se atinja o equilíbrio, estimativa bastante razoável. No início de março, o estoque da *CFP* foi avaliado em 90 mil t, escasso para um possível emprego como regulador do mercado, em caso de perdas na segunda safra e de uma possível maior recuperação do consumo, caso se promovam alterações na atual política salarial.

QUADRO 07 – BRASIL – ÁREA E PRODUÇÃO DE FEIJÃO NA SAFRA DAS ÁGUAS 1983/84 E 1984/85

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1983/84		1984/85	
	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)
Paraná	666.708	454.220	650.000	455.000
Santa Catarina	243.118	204.528	255.000	214.200
Bahia	259.973	16.388	293.371	185.158
Ceará	465.553	165.213	465.000	167.400
São Paulo	217.344	136.737	225.800	141.900
Rio Grande do Sul	149.909	105.049	152.566	113.026
Rio Grande do Norte	231.358	103.388	239.069	105.298
Piauí	196.228	64.354	226.392	94.174
Minas Gerais	267.302	93.386	246.193	80.245
Espírito Santo	47.675	22.677	55.690	31.558
Maranhão	48.754	18.140	46.826	18.602
Mato Grosso	3.116	942	14.373	5.815
Mato Grosso do Sul	14.660	8.013	14.494	7.159
Rio de Janeiro	9.162	4.783	6.080	3.759
Goiás	4.900	2.200	5.000	2.000
Distrito Federal	1.076	585	1.069	641
BRASIL	2.826.836	1.400.603	2.896.923	1.625.935

FONTE – IBGE.

PARANÁ – DISTRIBUIÇÃO DE FEIJÕES PRETO E DE CORES NA SAFRA DAS ÁGUAS

MAPA 01



FONTE–DERAL–PR

FEIJÃO PRETO

MILHO

BAIXA COTAÇÃO DO PRODUTO E ESTIAGEM NO PERÍODO DE GERMINAÇÃO DAS SEMENTES OU NO DE DESENVOLVIMENTO VEGETATIVO DA PLANTA FORAM ALGUNS PROBLEMAS QUE AFETARAM A SAFRA. ALÉM DISSO, POR DECISÃO GOVERNAMENTAL, HOUVE IMPORTAÇÃO EM PLENA ÉPOCA DE COLHEITA DA REGIÃO CENTRO-SUL, QUE RESPONDE POR 90% DO TOTAL PRODUZIDO NO PAÍS.

Em outubro, o *IBGE* previu que a área plantada no Centro-Sul seria de pouco menos de 9 milhões de ha (– 4% do que a da safra anterior) e, a produção, de 19,4 milhões de t. No entanto, uma extensa região foi castigada por severa estiagem, em fins de outubro e início de novembro, período de germinação das sementes ou de desenvolvimento vegetativo da planta. A avaliação feita em dezembro levou o *IBGE* a rever a área para 8,8 milhões de ha e a produção para 18,8 milhões de t, isto é, uma queda de 3% sobre o resultado de 1983/84.

De fato, com a estiagem, muitos produtores desistiram do replantio do milho, optando por produtos cujo plantio ainda se encontrava dentro dos prazos recomendados. Além disso, a própria evolução do mercado não vem incentivando a produção, em virtude da tendência contracionista que se verifica nos segmentos avícola e suinícola. Em outras palavras, o produtor não antevia preços favoráveis na época de comercialização da produção passada.

O anúncio de importação de 200 mil t de milho, feito pelo governo em fins de novembro, visando a neutralizar o aquecimento das cotações internas, serviu, de certo modo, para ratificar uma opinião pouco favorável do mercado em 1985, antecipada pelo agricultor. Em São Paulo, por exemplo, onde o preço real ao produtor, em novembro, foi 48% maior do que o de outubro, esse anúncio surtiu o efeito desejado: em dezembro, a cotação real depreciou-se quase 10% relativamente à do mês anterior. Deteve-se, assim, o aquecimento do preço que se deflagrara a partir da perspectiva de aperto no abastecimento interno, nos meses imediatamente anteriores aos da entrada da safra.

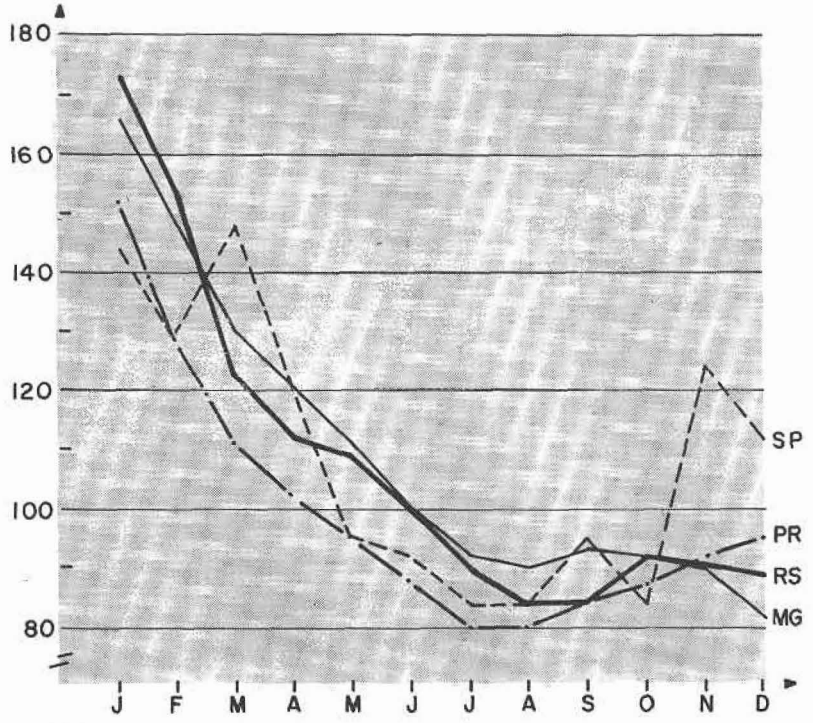
De acordo com o *IBGE*, as maiores diminuições da área cultivada com o milho, entre outubro e dezembro, verificaram-se em Goiás (– 9%) e Paraná (– 3,2%). A lavoura goiana ressentiu-se, basicamente, da concorrência da soja, produto cuja comercialização em 1983/84 foi mais favorável do que a do milho. Assim, a queda de produção em Goiás, onde o consumo do milho costuma ser pequeno, prejudicará o abastecimento em Minas Gerais e São Paulo, tradicionais compradores do produto goiano.

No Paraná, a retração da área cultivada derivou unicamente da expansão da lavoura algodoeira, pois também a soja teve sua semeadura levemente diminuída. A superfície plantada com algodão cresceu 52%, o maior percentual entre os estados do Sul e Sudeste que cultivam a fibra. Isto se deveu à pouca lucratividade obtida pelo produtor paranaense em 1984, pois os preços praticados foram quase sempre muito inferiores aos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (ver Gráfico 07). A seca, que atingiu de forma generalizada o estado no início do ano, acarretou perdas elevadas na lavoura, que se encontrava nos estágios de floração e frutificação. O *Deral/PR* reavaliou a colheita, conseqüentemente, para 4,9 milhões de t, isto é, menos 9% do que em 1983/84 e menos 11% do que a estimativa inicial do *IBGE*. Caso a área da *safrinha* do Paraná (plantio de janeiro a março) repita os 170 mil ha cultivados em 1984, a produ-



MILHO – ESTADOS SELECIONADOS – PREÇOS REAIS[1]
MENSAIS RECEBIDOS PELO PRODUTOR

GRÁFICO 07



FONTE – FGV/IBRE/CEA.
[1] Corrigidos pelo IPG–DI para janeiro de 1984.

ção adicional equivalerá às mesmas 300 mil t observadas no ano passado. Neste caso, o Paraná poderá dispor de cerca de 1,1 milhão de t para venda a outros estados, visto que seu consumo interno, para 1984/85, foi estimado pelo *Deral/PR* em cerca de 4,1 milhões de t.

Em Santa Catarina, não se registrou nenhuma diminuição na superfície cultivada (946 mil ha), mantendo-se a mesma anunciada pelo *IBGE* dois meses antes. Este foi o único estado do Sul-Sudeste a expandir o plantio, ainda que marginal, o que pode ser explicado pela lucratividade obtida na suinocultura no ano passado. No entanto, em janeiro, várias áreas produtoras do chamado milho *do tarde* (plantio em outubro–novembro) do Oeste e do Planalto catarinense foram afetadas pela seca. O prejuízo total foi avaliado pela *Cepa/SC* em 230 mil t, ou cerca de 10% da safra do estado, que não deverá ultrapassar os 2,1 milhões de t, pois a normalização da precipitação pluviométrica na primeira semana de fevereiro não foi suficiente para a recuperação das lavouras atingidas.

Em Minas Gerais, apesar da estiagem severa em novembro, os produtores conseguiram contornar, ainda que parcialmente, os danos causados, replantando as áreas atingidas. Isto porque o replantio de cerca de 120 mil ha, muito embora tenha sido feito fora do prazo recomendado e com uso mínimo de insumos, foi favorecido por boas condições climáticas em dezembro e janeiro. Em dezembro, o *IBGE* previu uma área semeada de 1,5 milhão de ha, apenas 2% inferior à avaliação de outubro e 3% menor do que a área colhida em 1983/84. A produtividade média, por sua vez, poderá não chegar aos 2.005 kg/ha esperados pelo *IBGE*, sendo mais provável que alcance 1.900 kg/ha. Mesmo assim, a colheita renderia 2,8 milhões de t, 9% a mais do que na safra anterior.

As chuvas intensas que atingiram áreas agrícolas importantes do Rio Grande do Sul provocaram prejuízos de vulto à produção de milho. As lavouras do chamado milho *do cedo*, plantado em agosto/setembro, e que responde por 60% da área do estado, foram as mais danificadas. Em conseqüência, a produção gaúcha não deverá alcançar os 3,2 milhões de t estimados pelo *IBGE* em dezembro, pois o rendimento previsto de 1.830 kg/ha certamente não se concretizará. Neste caso, o abastecimento do estado dependerá da compra de produto catarinense e paranaense, uma vez que seu consumo é estimado entre 3,5 milhões e 4 milhões de t. Esse mau resultado, caso se concretize, significará um malogro do plano de produção de 4 milhões de t, lançado pelo governo estadual no ano passado.

Uma das causas do fraco desempenho da produção gaúcha é o seu atrelamento à suinocultura, atividade que, no estado, vem sendo esvaziada nos últimos anos, com a diminuição gradual do rebanho, tendo em vista o descompasso entre os seus custos e os dos criatórios integrados catarinenses e paranaenses. A título de ilustração, vale dizer que entre 1980 e 1983, os abates SIF de suínos no Rio Grande do Sul decresceram 26%, enquanto se registravam crescimentos de 21% e de 3% em Santa Catarina e no Paraná, respectivamente.

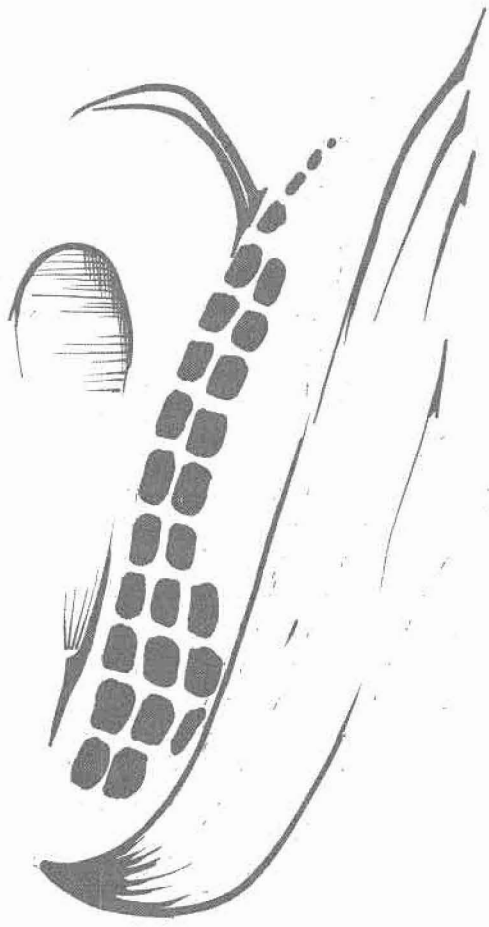
Por fim, São Paulo, terceiro maior estado produtor, encontra-se, segundo levantamento realizado pelo *IEA/SP*, na perspectiva de colher 2,3 milhões de t em 1984/85 (19% a menos do que em 1983/84), provenientes de área plantada de 1,2 milhão de ha (6% a menos do que a colhida

em 1983/84). O baixo rendimento esperado (2.029 kg/ha) deve-se à estiagem de novembro, que obrigou o replantio de extensas áreas. Com um consumo anual avaliado em 3,5 milhões de t, é de se prever que o estado venha a efetuar compras no Paraná e em Goiás, cujas produções, como já foi mencionado, deverão declinar também.

Estas considerações permitem inferir como será o balanço de oferta e demanda de milho em 1984/85, na região Centro-Sul. Tradicionalmente, esta região responde por 90% da produção do país e espera ofertar cerca de 17 milhões de t. Caso a safra do Norte-Nordeste tenha o êxito esperado, o país estará na iminência de produzir, em 1984/85, perto de 19,5 milhões de t, 8% a menos do que no ano-safra anterior. Adicionando-se a este total as 200 mil t adquiridas no exterior, no final de 1984 e os 2,1 milhões de t de estoque estimado pela *CFP*, formado no início do ano, a disponibilidade total estaria ao redor de 21,8 milhões de t.

De acordo com a *CFP*, o consumo em 1984/85 deverá alcançar 21,3 milhões de t, 8% a mais do que na safra anterior, tendo em vista um possível aumento da demanda por alimentos. Caso ocorra, a efetiva retirada do subsídio ao trigo provocará um aumento no consumo de milho. No entanto, embora no país haja uma demanda reprimida por proteínas de origem animal, uma eventual reposição salarial exigiria certo intervalo de tempo para que a área de produção tivesse condições de atender à intensificação da procura, sem provocar uma alta exagerada de preços e sem sacrificar as exportações programadas. Conjunturalmente, esse quadro padece de um complicador extra, uma vez que, devido aos preços baixos da carne bovina, a sua procura prevalecerá sobre a avícola e suína, consideradas substitutas.

Neste contexto, mais racional seria, portanto, prever-se uma expansão



moderada, de 4% a 5%, no consumo, que passaria para 20,4 milhões de t, hipótese em que o preço não seria pressionado, pois a oferta supriria, até com certa folga, a demanda.

Além disso, no Nordeste configura-se a tendência de aumento do plantio, devido à boa comercialização ali observada no ano passado. Para a atual safra, o governo determinou um reajuste de 234% no preço-base, que passou para Cr$ 21.700/60 kg, com o período de correção estendendo-se de janeiro a setembro (dois meses a mais do que o período tradicional), e reajustes médios no *VBC* de 279% para o milho de sequeiro e de 289% para o milho irrigado. Estes indicadores, aliados à perspectiva de normalização das chuvas nessa região, tornariam possível uma colheita superior à de 1984 (1,8 milhão de t).

Neste caso, o balanço total de oferta e demanda apresentaria uma folga superior a um milhão de t, o que, em princípio, poderia dificultar a colocação do milho importado no mercado, no curto ou no médio prazos. Isto porque seu custo, embora não conhecido totalmente, é superior ao preço mínimo, e sua qualidade, certamente inferior ao do produto recém-colhido.

A decisão governamental de importar o grão recebeu diversas críticas, basicamente porque a sua chegada dar-se-ia em plena época de colheita.

Em meados de fevereiro, a maior partida já havia sido recebida e a *CFP* anunciou que pretende mantê-la estocada para evitar prejuízos à comercialização do produto recém-colhido no Centro-Sul. As quotas do cereal importado foram de 75 mil t para o Rio Grande do Sul, 50 mil t para o Paraná e 75 mil t divididas igualmente entre Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo.

Em sua fase inicial, a comercialização da safra 1984/85 vem-se dando a preços próximos do mínimo, fixado para fevereiro em Cr$ 24.480/60 kg. Mesmo em regiões onde ocorreram quebras significativas, como o Oeste de Santa Catarina, o produtor chegou a receber Cr$ 22 mil por saca. Paralelamente, os intermediários, tirando partido do temor dos agricultores quanto à falta de recursos governamentais para a comercialização da safra, adquiriram o produto a preços aviltados, em troca de uma liquidez imediata.

A expectativa generalizada de que haverá um déficit da ordem de Cr$ 4 trilhões no montante de recursos para os programas de *AGF* e *EGF* das safras de verão tem trazido grande insegurança ao mercado. Afinal, os baixos preços praticados junto ao produtor, em especial nos casos do algodão e do milho, fazem prever uma pressão muito grande do Setor Primário sobre o novo governo, além da repercussão negativa sobre o plantio da safra 1985/86.

SOJA

APESAR DAS DIFICULDADES DE OBTENÇÃO DE CRÉDITO E DOS PREÇOS EXTERNOS EM DECLÍNIO, CONTINUA EM EXPANSÃO O PLANTIO NOS ESTADOS CENTRAIS, ONDE A PRODUÇÃO PARECE SER MAIS RENTÁVEL. ESSA EXPANSÃO TEM COMO PRINCIPAL OBJETIVO MANTER A PARTICIPAÇÃO DO PAÍS NO MERCADO MUNDIAL. NO SUL, POR OUTRO LADO, HOUVE PEQUENO DECRÉSCIMO NA ÁREA PLANTADA E A ESCASSEZ DE CHUVAS PROVOCOU PERDAS EXPRESSIVAS.

O cultivo da soja continua percorrendo, na safra 1984/85, o que parece ser seu caminho natural nesta década: a expansão para os estados centrais. Novamente, os agricultores de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso aumentaram significativamente suas áreas dedicadas à sojicultura, apesar das dificuldades de obtenção de crédito e dos preços externos em franco declínio ao se iniciar o plantio.

Devido à conjuntura desfavorável, comentou-se muito que a área deveria reduzir-se, pois os produtores levantariam menos recursos de custeio do que se optassem por outros cultivos, como os de arroz, feijão ou milho. Além disso, os preços recebidos pelos agricultores, em 1984, foram considerados *decepcionantes* diante das expectativas iniciais e, no mercado externo, parecia não haver chance de imediata recuperação dos preços da soja e seus derivados.

Mesmo assim, a área total do plantio no país deve ter crescido algo em torno de 5%, segundo dados do *IBGE*. Esse crescimento, dadas as circunstâncias, merece exame mais detalhado. De um lado, nos estados da região Sul, houve pequeno decréscimo, inferior a 1%. De um total de 6,24 milhões de ha colhidos na safra 1983/84, 40 mil ha deixaram de ser semeados no Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Em contrapartida, em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, o plantio tem crescido nos últimos anos. Esses estados são responsáveis pela quase totalidade do acréscimo de 531 mil ha, registrados pelo *IBGE*, para as áreas brasileiras de soja, em 1984/85. Destaca-se Mato Grosso, onde o cultivo atingiu 761 mil ha, nesta safra, 223 mil a mais do que na anterior e quase onze vezes maior do que a área colhida em 1980.

Esses dados estão representados no Gráfico 08, onde se pode observar a evolução da área desde a safra 1979/80, nos principais estados do Sul e em dois estados do Centro-Oeste, assim como o total do Brasil. Na verdade, esse quadro permite visualizar a acomodação das áreas no Rio Grande do Sul e Paraná em torno de 3,6 milhões e 2,2 milhões de ha, respectivamente, ao mesmo tempo em que a área total do país cresce impulsionada pelos estados centrais.

É importante ressaltar ainda que, como os dados se referem à área colhida (exceto na safra 1984/85), as quedas mais acentuadas ocorreram em anos de quebra de safra (que aumenta consideravelmente a diferença entre área plantada e colhida). Isso é verdade para o Rio Grande do Sul na safra 1981/82, assim como para o Brasil, na safra 1982/83.

A configuração apresentada no Gráfico 08 sugere algumas reflexões. A primeira delas é que, mesmo nos estados do Sul, ainda não se apresentou à cultura da soja uma alternativa capaz de, efetivamente, concorrer por seus espaços. Os incentivos e programas de diversificação de lavouras, aparentemente, só serão bem sucedidos quando os agricultores puderem plantar produtos que se assemelhem à soja, em termos de *garantia* de comercialização e, dentro de certos limites, de preços.

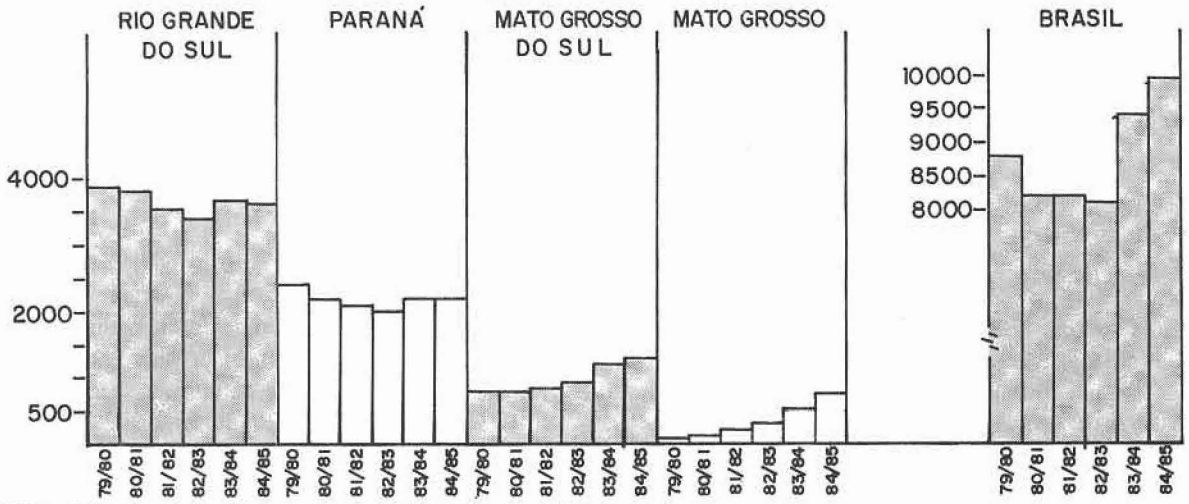
De outro lado, o crescimento do cultivo no Centro-Oeste mostra que, apesar da redução e, até, da escassez de crédito subsidiado para custeio, comercialização e investimento, há algumas safras, a produção regional consegue provavelmente ser mais rentável do que no Sul. Isto faz com que se vislumbre um novo ciclo de expansão na agricultura brasileira, representada pela produção no cerrado.

Manchas de terras planas, passíveis de pronta resposta à calagem e à aplicação de nutrientes, tornam-se excelentes para o cultivo mecanizado. O sistema regular de chuvas auxilia muito na obtenção de bons rendimentos físicos por hectare, que acabam mais do que compensando a distância dos centros processadores. Além disso, esse novo ciclo de expansão parece estar-se completando com instalações de unidades de moagem próximas às áreas produtoras.

Evidentemente, a região também apresenta alguns problemas. A médio prazo, a produção da soja deverá ser onerada pela pressão (previsível) sobre os preços das terras, ao mesmo tempo em que os custos de transporte poderão crescer mais do que os preços do grão ou de seus derivados. Mais ainda, com o passar dos anos, os produtores, a não ser que adotem uma postura menos predadora em relação à terra, da qual extraem seus lucros, poderão vir a enfrentar os

BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS – ÁREA OCUPADA COM SOJA – 1979/80–1984/85
(1.000 ha)

GRÁFICO 08



FONTE – IBGE.

NOTA – Todos os dados são de área colhida, exceto os de 1984/85 que se referem a área plantada, segundo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE, de janeiro de 1985.

mesmos problemas da região Sul, como solos compactados, erosão e, em algumas áreas, ameaças de desertificação.

De qualquer modo, a expansão que vem ocorrendo representa a tentativa de o país manter sua participação no mercado mundial da soja e seus derivados. É preciso destacar que a produção tem-se situado, nas últimas cinco safras, sempre em torno de 15 milhões de t. Para 1984/85, as estimativas oficiais (de janeiro) projetam uma colheita de até 17,6 milhões de t, mas, provavelmente, este número está superestimado, não computando os danos causados pela seca de janeiro no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

O mercado, em todo o caso, estaria considerando, em fins de fevereiro, uma estimativa de produção ao redor de 16 milhões de t, levando em conta uma produtividade da ordem de 1.600 kg/ha, se realmente tiverem sido plantados os 9,95 milhões de ha indicados pelo levantamento de janeiro do *IBGE*.

Como se tratam de dados preliminares, reina uma grande incerteza, pois, se por um lado essas dificuldades impedem que se disponha de uma estimativa de produção mais precisa, por outro, é certo que nos estados do Sul não serão atingidos, nesta safra, os melhores rendimentos físicos. Isso porque a escassez de chuvas em janeiro impediu que a soja tivesse um perfeito desenvolvimento, com as plantas não *engalhando* o suficiente, o que deixou o solo excessivamente exposto ao sol. Em muitas lavouras, a soja apresentou porte muito baixo e reduzida formação de vagens. Neste caso, as perdas provocadas pela estiagem tornaram-se irreversíveis.

A situação era mais grave no Rio Grande do Sul, dadas as condições locais do solo, que intensificam os danos causados pela escassez de chuvas. A precipitação pluviométrica de fevereiro interrompeu o processo de *stress* das plantas, mas é possível que, em algumas áreas, as perdas sejam expressivas.

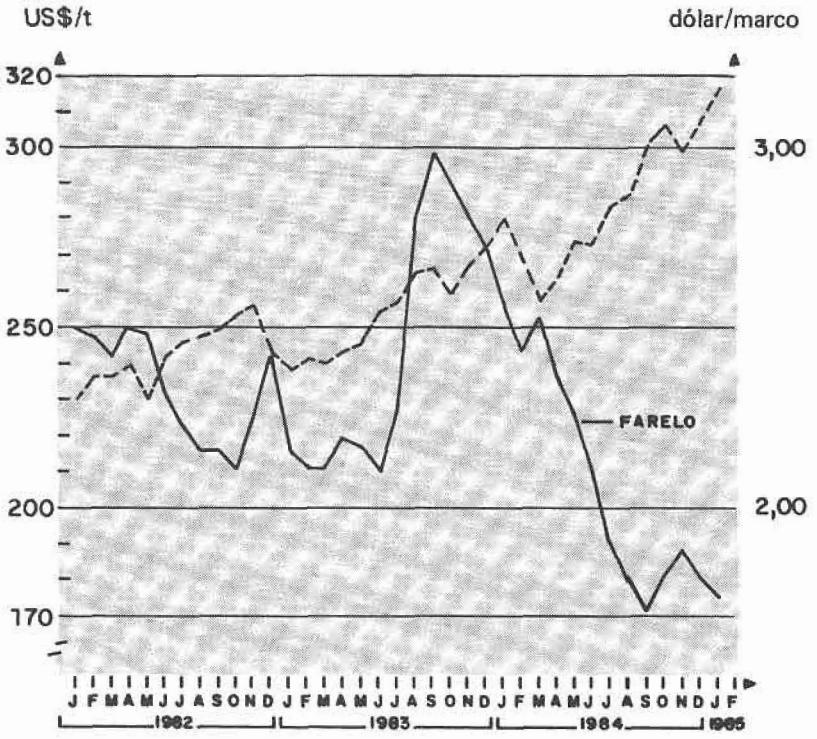
A região Centro-Oeste, por seu turno, vem contando com clima bastante favorável, exceto em partes do Mato Grosso do Sul, na região de Dourados. Lá, a principal preocupação da maioria dos produtores é, no momento, a questão dos preços.

Com efeito, as baixas cotações de Chicago refletem-se sobre os preços internos e têm provocado uma atitude muito retraída de parte das indústrias. A boa disponibilidade do grão, aliada à grande valorização do dólar no mercado europeu nos últimos meses, fez com que a cotação média do farelo, ou 78% do que é vendido pelas indústrias processadoras de soja, sofresse enorme retração. A cotação média do farelo de soja em Roterdã, em janeiro último, foi de apenas US$ 175/t, contra US$ 255/t um ano antes. O comportamento dos preços do farelo de soja no mercado europeu e a posição do dólar frente ao marco alemão estão apresentados no Gráfico 09.

Observa-se, ao longo de mais de três anos, que à valorização do dólar (quando cresce sua cotação em marcos) correspondem, muito freqüentemente, quedas dos preços do farelo. A única exceção ocorreu no segundo semestre de 1983, como

EUROPA – PREÇO DO FARELO DE SOJA E PARIDADE CAMBIAL ENTRE O DÓLAR NORTE-AMERICANO E O MARCO ALEMÃO
JAN/1982 – FEV/1985

GRÁFICO 09



FONTE – Oil World.

conseqüência da acentuada quebra da safra norte-americana.

Em 1984, assistiu-se ao fortalecimento incessante do dólar e quedas vertiginosas das cotações do farelo. Como desdobramento dessa situação, houve uma expressiva redução da demanda por farelos na Europa, ao mesmo tempo que, nos EUA, o consumo aumentava. A publicação alemã *Oil World* estima que o consumo na *CEE* deverá retrair-se dos 14,8 milhões de t na safra 1983/84 para 13,9 milhões em 1984/85. É interessante observar, ainda, que a quantidade consumida em 1982/83, naquele mercado, foi de 15,5 milhões de t de farelo de soja. Nos *EUA*, por outro lado, a demanda deverá expandir-se de 15,9 milhões de t no período entre outubro de 1983 e setembro de 1984 para 17,5 milhões em 1984/85.

O enfraquecimento dos preços do farelo tem origem no fortalecimento do dólar frente às moedas dos principais países compradores desse insumo, mas passou a ser agravado pela substituição, que vem sendo levada a efeito, de farelos proteínicos em geral por grãos, mandioca ou mesmo leite em pó, na composição das rações. Além disso, entre os farelos, acentua-se a tendência ao consumo daqueles provenientes de oleaginosas com menor proporção de farelo, como é o caso do girassol e da colza.

O fortalecimento dos preços do óleo, por sua vez, reflete uma redução dos estoques iniciais em 1º de outubro (quando se inaugura o novo ano comercial internacional) de 5,9 milhões de t em 1983(*), para 4,7 milhões, em 1984, ao mesmo tempo em que a redução da demanda por farelos vem desacelerando o ritmo de moagem e, portanto, da produção de óleos.

Em oposição ao farelo, o consumo mundial de óleos, segundo a *Oil World*, deverá crescer 3,2% no ano comercial 1984/85, o que reforça as cotações do óleo e faz aumentar sua participação no valor combinado dos dois derivados em relação ao grão. Atualmente, da moagem de uma tonelada de soja se obtém 180 kg de óleo, cujo preço representa mais de 40% do total obtido com a venda dos dois derivados da oleaginosa.

A reversão desse quadro depende de vários fatores: da posição do dólar frente às moedas européias, da disposição da *URSS* em voltar a importar quantidades expressivas de farelo, da produção de soja na América do Sul e do plantio da próxi-



(*) Refere-se ao estoque global dos óleos de soja, algodão, amendoim, girassol, colza, oliva, coco e palma.

ma safra norte-americana, que se inicia em abril. Produtores, comerciantes e industriais esperam ansiosamente que algum (ou alguns) desses componentes seja capaz de fortalecer o preço do farelo, o que imediatamente seria repassado para o grão.

No curto prazo, não é isso que se vislumbra. O dólar não mostrou sinais de enfraquecimento, apesar da intervenção dos bancos centrais europeus, no mercado de divisas. A produção sul-americana, por sua vez, parece apresentar bom desenvolvimento. A *Argentina* aumentou sua produção para 7,2 milhões de t (7% maior do que a de 1984) e o Brasil pôde colher, segundo informações até final de fevereiro, algo em torno de 16 milhões de t.

O comportamento dos soviéticos nos mercados internacionais de *commodities* é sempre uma incógnita e as intenções de plantio de soja nos *EUA*, apesar dos preços excessivamente baixos do grão, apontam uma redução de apenas 5% na área. É possível que a manutenção desses preços na proximidade do plantio seja capaz de fazer reduzir um pouco mais a área, o que, a médio prazo, gerará um fortalecimento das cotações.

Por ora, na entrada da colheita brasileira e diante desse panorama, é possível estimar que os preços em maio estejam ao redor de Cr$ 55 mil/60 kg, 1,74 vezes o preço médio recebido em maio de 1984, no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Em termos macroeconômicos, as condições de comercialização das próximas safras de verão, dentre elas a soja, não são das mais confortáveis. Os recursos para *EGF's* e *AGF's* estão extremamente escassos e os preços de mercado de diversos produtos encontram-se muito próximos dos preços mínimos, fazendo com que haja uma pressão ainda maior sobre a disponibilidade de recursos do governo federal.

Especificamente no caso da soja, o comportamento dos preços externos reduz a fluidez dos negócios em todos os segmentos da comercialização e faz encolher o ingresso de divisas. Embora os produtores, na expectativa de elevações nos preços, possam tentar retardar um pouco suas vendas, a escassez de recursos para *EGF's* os forçará a apressá-las. A indústria, entretanto, estará enfrentando a mesma escassez de *EGF's*, assim como os preços baixos do farelo no exterior. Por isso, está-se prevendo um aumento substancial das exportações de grão, que seriam, neste início de ano comercial, a forma mais rápida e eficiente de comercializar a safra.

Em termos de escoamento da produção brasileira, é importante ressaltar que, às dificuldades expostas anteriormente, deverá somar-se a crescente concorrência por parte da *Argentina*. Prevê-se que este país deverá exportar algo em torno de 3 milhões de t de soja em grão e esmagar 3,7 milhões, o que lhe possibilitaria exportar 2,7 milhões de t de farelo e 530 mil t de óleo. A dimensão desses números é surpreendente, quando se sabe que a produção argentina de 1981 foi de 3,5 milhões de t e, naquele ano, sua exportação de derivados não chegou a 500 mil t, no caso do farelo e 100 mil t, no de óleo, segundo dados do *USDA*.

A produção da *Argentina* passa, no momento, por um processo semelhante ao ocorrido no Brasil na década de 70. Da mesma forma que os brasileiros, os argentinos parecem avaliar que seria mais compensador exportar os derivados do que o produto *in natura*. Recentemente, a taxação na exportação, que já era diferenciada, foi reduzida, no caso do grão, de 31% para 25% e, no dos derivados, de 16% para 10%.

O acirramento da concorrência entre os dois grandes produtores da América do Sul preocupa muito os industriais brasileiros, pois modifica a situação no mercado de prêmios — ágios ou deságios sobre os preços de Chicago, pela aquisição do produto numa origem determinada. Com isso, os preços *reais* ofertados pelo farelo e óleo nos portos brasileiros poderão retrair-se na medida em que haja uma boa disponibilidade para exportação desses produtos no país vizinho.

De qualquer forma, a competição com a *Argentina* pode ter até o aspecto salutar de obrigar o complexo soja brasileiro — produtores, comerciantes, industriais — a se preocupar mais com sua competitividade, em termos, principalmente, de produtividade agrícola, escoamento e transporte. Por ora, poder-se-ia dizer que o país poderá obter US$ 2,2 bilhões (ver Quadro 08) com a exportação de seus excedentes da safra 1984/85, ao invés de US$ 2,6 bilhões, nas últimas duas safras. Daqui em diante, é certo que se exigirá um esforço maior para manter a posição brasileira no mercado internacional.

QUADRO 08 — ESTIMATIVA DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE SOJA EM GRÃO, FARELO E ÓLEO NO ANO COMERCIAL 1985/86

PRODUTO	QUANTIDADE (1.000 t)	PREÇO MÉDIO (US$/t)	VALOR (US$ milhões)
Soja em grão	2.000	211	442
Farelo	7.900	157	1.240
Óleo	900	617	555
TOTAL	—	—	2.237

FONTE — USDA e Abiove.

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

AGROTÓXICOS

A *Portaria SNVS/MS-SDS/MA 01,* de 12/03/85, do *Ministério da Saúde (Diário Oficial de 14/03/85)* estabelece prazo de 60 dias para que as empresas fabricantes de produtos fitossanitários ou defensivos agrícolas solicitem a adequação da rotulagem dos produtos, já registrados, que estiverem em desacordo com a *Portaria SNVS nº. 10/85,* e de 180 dias, a partir da aprovação dos relatórios técnicos, para a confecção dos novos rótulos. Os produtos já na rede de comercialização poderão permanecer no mercado até 31/12/86.

A *Portaria SNVS nº. 10,* de 08/03/85, do *Ministério da Saúde,* contém nova Relação de Substâncias com Ação Tóxica sobre Animais ou Plantas de Uso Permitido no Brasil, em Atividades Agropecuárias e Produtos Domissanitários. Esta Relação deverá ser atualizada periodicamente pela Dinal (Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Alimentos). A medida visa a fixar parâmetros de segurança no uso daquelas substâncias (ver *Agroanalysis,* vol. 8, nº. 6, junho/84).



CAFÉ

A *Resolução nº. 18/85,* de 22/02/85, do *IBC,* estabelece que a data de fabricação deverá constar, obrigatoriamente, nas embalagens de café torrado e/ou moído. O não cumprimento desta medida implicará em sanções de advertência e, na reincidência, multa de um *MVR* (Maior Valor de Referência) por saca de café, no caso de indústrias ou depósitos. No caso do comércio haverá, ainda, apreensão do produto.

A *Resolução nº. 19,* de 25/02/85, do *IBC,* fixa os preços mínimos para embarques de café a serem realizados entre 26/02/85 e 31/03/85. O preço dos cafés de *tipo 6* para melhor, bebida isenta de gosto *Rio Zona,* é de US$ 1,26/lb peso, quando os embarques forem feitos pelo porto de Santos, e US$ 1,25/lb peso, quando os embarques forem feitos pelos portos de Paranaguá, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus e Recife. Embarcados pelos portos de Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus e Recife, os cafes do *tipo 7* para melhor bebida *Rio Zona,* e os do *tipo 7/8* para melhor, da variedade *Robusta Conillon,* terão piso de US$ 1,21/lb peso.

A *Resolução nº. 20/85,* de 25/02/85, do *IBC,* fixa as alíquotas do *Imposto de Exportação* relativas às declarações de venda registrada no *IBC* para embarques entre 26/02/85 e 31/03/85. As alíquotas serão de 31% sobre os preços mínimos de registro, vigentes à data de emissão de *Guia de Exportação,* para os cafés do *tipo 6* para melhor, bebida isenta de gosto *Rio-Zona,* e de 34% para os cafés do *tipo 7* para melhor, bebida Rio Zona, e *tipo 7/8* para melhor da variedade *Robusta Conillon.*

A *Resolução nº. 21/85,* de 25/02/85, do *IBC* fixa os preços mínimos para as exportações de café solúvel embarcados entre 26/02/85 e 30/04/85. O preço do *spray dried* e extrato líquido é de US$ 3/lb peso e do *freeze dried,* US$ 3,65/lb peso.

A *Resolução nº. 22/85,* de 26/02/85, do *IBC,* fixa as alíquotas do *Imposto de Exportação* vigentes para os embarques realizados entre 26/02/85 e 30/04/85. Estas serão de 18% para os solúveis *spray dried* ou extrato líquido e 20% para o *freeze dried.*

CRÉDITO RURAL

A *Circular nº. 920,* de 01/03/85, do *Bacen,* comunica terem sido estendidas a todas as modalidades de crédito as medidas de desburocratização que vigoram desde 1982, para os produtos cujo custeio conta

com *VBC* (*Diário Oficial* de 05/03/85).

As referidas medidas foram fixadas através da *Circular nº 706*, de 21/06/82 e, em resumo, tratam da dispensa de formalidades e exigências diversas referentes a propostas padronizadas, elaboração de projetos, confecção de fichas cadastrais específicas e outras. Na época de sua publicação, a *Circular nº 706* causou polêmicas por ter abolido a obrigatoriedade do uso de mudas e sementes fiscalizadas e outros insumos modernos. Muitos agrônomos argumentaram que isso levaria a um retrocesso em termos de uso de tecnologia mais avançada e ao desemprego de agrônomos. Como, entretanto, a *Circular nº 706* entrou em vigor na época em que os encargos financeiros foram substancialmente elevados e os recursos disponíveis para concessão de crédito rural, drasticamente reduzidos, serão necessários estudos aprofundados para concluir se a redução no uso de insumos modernos, que, de fato, se verificou, decorreu da mencionada Circular ou das restrições ao uso do crédito. Por outro lado, é de se levar em consideração que, no período, começaram a se difundir práticas, como o manejo integrado de pragas, que, sem dúvida, contribuem para a redução do uso de certos insumos, sem, contudo, afetar a produtividade física da agricultura.

A presente *Circular nº 920* destaca que, tendo em vista a redução dos controles vigentes, os bancos deverão reforçar as estruturas de suas carteiras especializadas, de forma a poder exercer com eficiência a fiscalização das propriedades financiadas, através de vistorias locais. A omissão ou deficiência destas vistorias será considerada falta grave.

A *Circular nº 920* não se aplica aos financiamentos efetuados a taxas inferiores à variação das *ORTN's* "por força das induções ao desvio de recursos, que são notórias em tais casos".

IMPORTAÇÕES

A *Resolução nº 05 – 0744*, de 12/02/85, da *CPA*, reduz para zero as alíquotas do imposto de importação incidentes sobre compras no exterior de peles de caprinos, com ou sem pelo, frescas, salgadas e secas e de peles de ovinos, com ou sem lã, em bruto ou preparadas. A medida terá vigência até 31/12/85.

A *Resolução nº 05 – 0745*, de 12/02/85, da *CPA*, prorroga, até 01/03/85, a isenção do imposto de importação incidente sobre feijão de cores. A medida está em vigor desde 27/03/84 (*Resolução nº 05 – 0589*) e foi prorrogada duas vezes, em maio e julho de 1984.

A *Resolução nº 05 – 0746*, de 12/02/85, da *CPA*, prorroga, até 28/02/86, a isenção do *imposto de importação* incidente sobre soja em grão, óleo, inclusive degomado, e farelo. A medida se encontra em vigor desde setembro de 1983 (*Resolução no 05 – 0525*) e se destina a tornar mais flexível o mercado brasileiro de soja, seja através da importação do grão em regime de *drawback* para possibilitar exportações de derivados, seja para impedir aumentos excessivos dos preços internos do óleo de soja.

A *Resolução nº 05 – 0747*, de 12/02/85, da *CPA*, complementa a *Resolução* anterior prorrogando a isenção relativa ao óleo de soja refinado.

As *Resoluções nº 05 – 0751* e *05 – 0752*, de 12/02/85, da *CPA*, isentam de importação quotas de amônia anidra (100 mil t) e ácido ortofosfórico (36 mil t) destinados, respectivamente, à fabricação de fertilizante e de ortofosfato bicálcico para alimentação animal (*Diário Oficial* de 07/03/85).

TRIGO

A *Portaria nº 10*, de 28/02/85, da *Sunab*, fixa em Cr$ 632.820/t o preço de venda aos moinhos do trigo em grão de procedência estrangeira e do produto nacional com PH 78. A mesma Portaria reajusta os preços da farinha de trigo, que constam do Quadro 09 (*Diário Oficial* de 04/03/85).

Este é o segundo reajuste efetuado em 1985.

QUADRO 09 – BRASIL – PREÇOS DE AQUISIÇÃO DO TRIGO NACIONAL, DE VENDA DO TRIGO EM GRÃO AOS MOINHOS E DA FARINHA DE TRIGO

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	PREÇOS EM MAR/85	VARIAÇÃO % EM RELAÇÃO A MAR/84–FEV/85	
Aquisição do trigo nacional	Cr$/t	842.212	30	322
Venda do grão aos moinhos	Cr$/t	632.820	327	25
Farinha de trigo				
comum	Cr$/50 kg	45.316	338	25
especial	Cr$/50 kg	57.985	338	25
para fins não alimentícios	Cr$/50 kg	60.086	210	14
IGP–DI[1]	–	–	225	10

FONTE – Sunab (diversas portarias) e Conjuntura Econômica.
[1] Calculado com base no IGP–DI do mês de fevereiro, 1985.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL

A *Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, em cumprimento ao *Programa de Aperfeiçoamento das Estatísticas Agropecuárias Contínuas*, vem mantendo o *Projeto da Produção Agrícola Municipal*. Este fornece, anualmente, informações estatísticas sobre 55 produtos agrícolas, 30 de culturas temporárias e 25 de permanentes, em nível de Brasil, de Grandes Regiões, de Unidades da Federação, de Microrregiões Homogêneas e de Municípios.

Os dados mais recentemente tabulados e disponíveis para consulta correspondem ao ano de 1983. Ainda inéditos, são aqui apresentados, no que se refere ao total da produção do país, nos Quadros 10 e 11.

QUADRO 10 – BRASIL – PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL – QUANTIDADE, ÁREA COLHIDA, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS LAVOURAS PERMANENTES
1983

PRODUTO	QUANTIDADE PRODUZIDA (1.000 frutos)	ÁREA COLHIDA (ha)	RENDIMENTO MÉDIO (frutos/ha)	VALOR (Cr$ 1.000)
Abacate	570.047	21.653	26.326	18.819.311
Algodão arbóreo[1] (em caroço)	77.329	1.579.280	49	27.808.124
Azeitona[1]	171	117	1.462	16.460
Banana[2]	437.744	396.487	1.104	184.094.707
Borracha coagulada (seringueira)[1]	9.613	14.138	680	4.884.976
Borracha líquida (seringueira)[1]	12.077	13.453	893	4.311.430
Cacau (em amêndoa)	380.256	590.744	644	291.396.652
Café (em coco)[1]	3.343.176	2.346.007	1.425	1.061.048.543
Caju	3.531.339	231.431	15.259	16.865.456
Caqui	452.982	3.556	127.385	8.459.260
Chá-da-índia[1] (folha seca)	39.552	5.406	7.316	1.921.186
Coco-da-baía	488.963	170.687	2.865	35.898.431
Erva-mate (cancheada)[1]	20.697	5.299	3.906	3.613.170
Figo	486.612	3.478	139.911	4.874.909
Guaraná (semente despolpada)[1]	815	6.074	134	2.338.500
Laranja	58.568.657	624.367	93.805	300.666.298
Limão	3.852.052	26.959	142.886	27.898.202
Maçã	767.700	16.040	47.862	25.021.017
Mamão	320.757	9.277	34.576	16.488.169
Manga	1.452.491	35.555	40.865	19.439.164
Marmelo	82.302	3.312	24.850	1.286.611
Noz (européia e americana)[1]	1.318	2.186	603	511.139
Palmito[1]	40	5	8.000	4.800
Pêra	194.312	3.668	52.975	2.932.745
Pêssego	1.107.724	20.757	53.366	15.185.415
Pimenta-do-reino[1]	32.346	20.732	1.560	33.278.095
Sisal de agave (fibra seca)[1]	180.859	306.661	590	17.959.626
Tangerina	4.183.800	42.356	98.777	26.862.853
Tungue	5.674	2.529	2.244	217.276
Uva[1]	577.480	58.269	9.911	82.903.800

FONTE – IBGE.

[1] **Quantidade produzida em toneladas e rendimento médio em kg/ha.**

[2] **Quantidade produzida em 1.000 cachos e rendimento médio em cachos/ha.**

QUADRO – 11 – BRASIL – PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL – QUANTIDADE, ÁREA COLHIDA, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS
1983

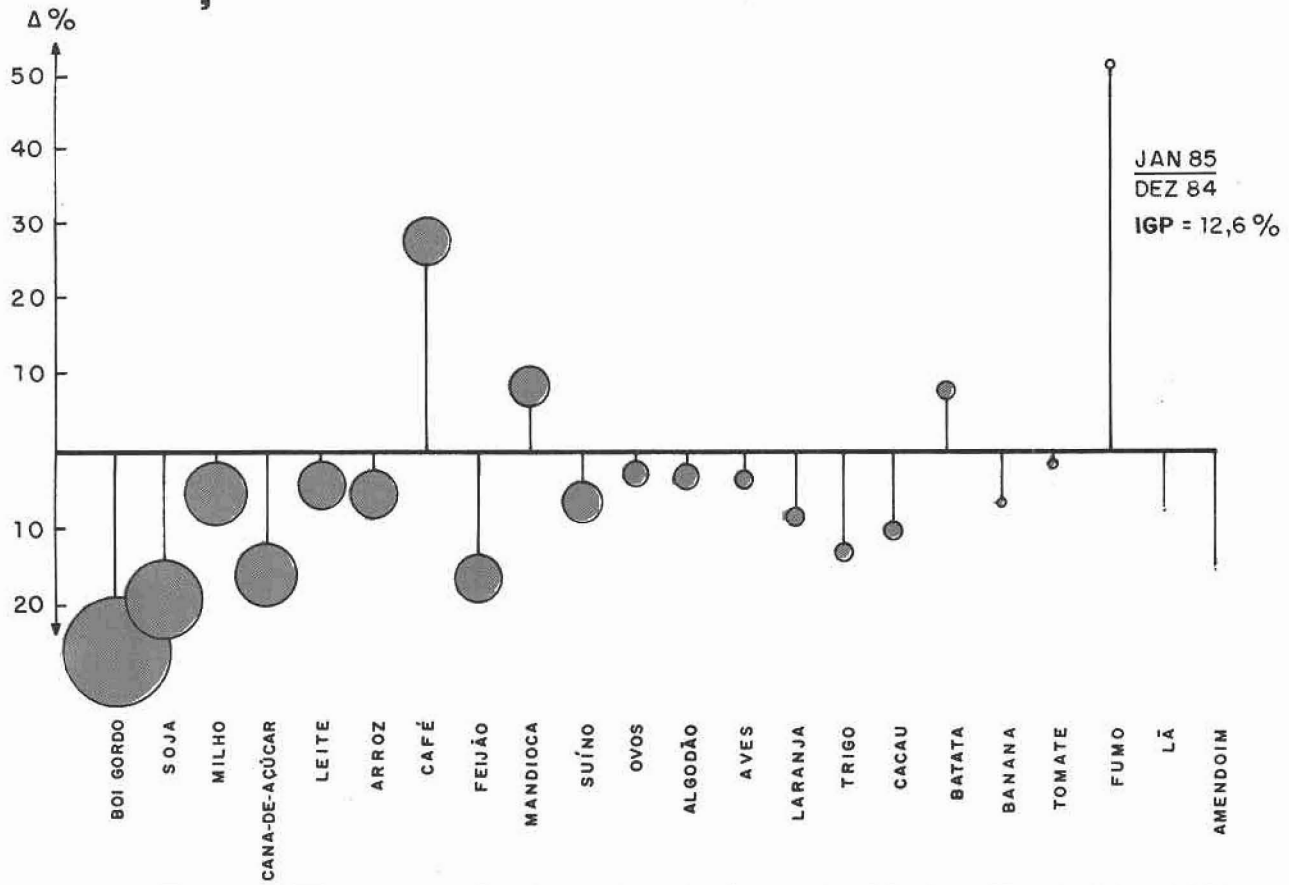
PRODUTO	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ÁREA COLHIDA (ha)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (Cr$ 1.000)
Abacaxi	554.295	30.638	18.092	42.253.587
Alfafa fenada	76.638	9.736	7.872	4.581.907
Algodão herbáceo (em caroço)	1.521.061	1.347.216	1.129	283.110.588
Alho	58.438	15.646	3.735	36.439.719
Amendoim (em casca)	283.665	211.696	1.340	29.878.157
Arroz (em casca)	7.741.753	5.108.250	1.516	780.236.431
Aveia (em grão)	92.824	95.105	976	15.006.074
Batata-doce	682.252	76.580	8.909	39.573.681
Batata-inglesa	1.826.579	169.070	10.804	248.037.103
Cana-de-açúcar	216.036.958	3.478.785	62.101	1.436.193.187
Cana para forragem	5.940.322	170.532	34.834	21.725.743
Cebola	725.269	66.849	10.849	83.719.563
Centeio (em grão)	3.324	4.183	795	515.169
Cevada (em grão)	124.931	120.981	1.033	16.904.385
Fava (grão)	22.117	84.661	261	5.993.296
Feijão (grão)	1.580.546	4.064.028	389	379.410.700
Fumo (folha seca)	392.578	311.759	1.259	128.265.909
Juta (fibra seca)	12.919	10.993	1.175	3.232.350
Linho (semente)	15.130	19.874	761	1.709.291
Malva (fibra seca)	48.363	45.443	1.064	15.633.367
Mamona (em baga)	171.777	270.130	636	38.123.136
Mandioca	21.847.892	2.061.203	10.600	548.205.282
Melancia[1]	110.168	74.621	1.476	24.168.353
Melão[1]	36.373	6.507	5.590	5.640.844
Milho (grão)	18.731.216	10.705.979	1.750	1.112.214.095
Rami (fibra seca)	9.583	4.670	2.052	1.967.480
Soja (em grão)	14.582.347	8.137.112	1.792	1.463.553.805
Sorgo granífero	231.819	136.285	1.701	14.207.416
Tomate	1.550.778	48.228	32.155	145.203.760
Trigo (em grão)	2.236.700	1.879.078	1.190	305.232.128

FONTE – IBGE.
[1] **Quantidade expressa em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.**

ERRATA

No número anterior de *Agroanalysis*, um erro na montagem deixou um pequeno trecho da matéria principal sem sentido. O texto correto do primeiro parágrafo da terceira coluna da página 18 é o seguinte: "Ao contrário, o que vem ocorrendo amiúde é a tentativa de elevar a produção de forma a forçar uma redução dos preços de produtos agrícolas com vistas ao combate à inflação. Como: 1) os mecanismos de comercialização permanecem os mesmos, 2) os recursos para financiamento das safras e compra de eventuais *excedentes* vêm-se reduzindo drasticamente nos últimos três anos e 3) inexistem estoques reguladores, os preços dos produtos de origem agrícola, como prevê a teoria, podem até cair no nível do produtor. No entanto, tomam novo fôlego no caminho para a cidade".

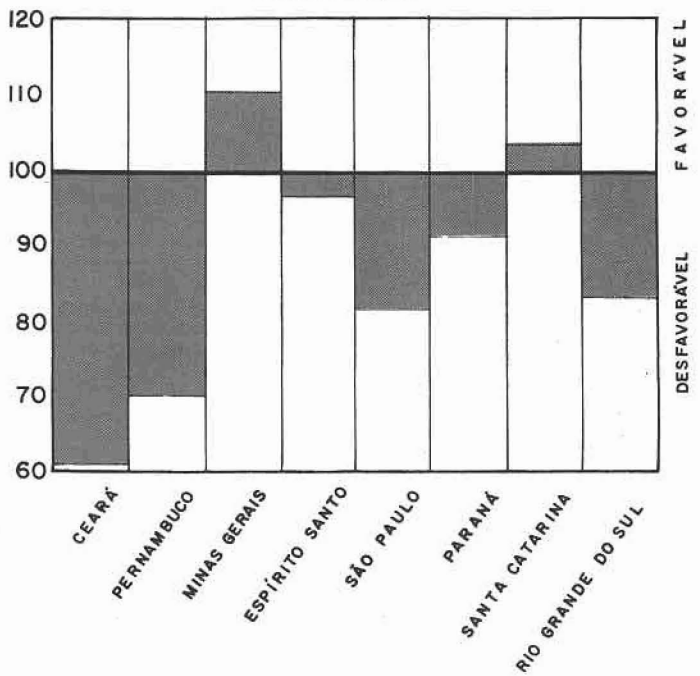
PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado, está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, referente a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICES DE PREÇOS RECEBIDOS/ ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS – 1970 = 100) EM ESTADOS SELECIONADOS JANEIRO 1985



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de fevereiro)
1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de fevereiro*
3 — Preço médio na última quinzena de fevereiro*
4 — Preço médio na última semana de fevereiro*
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro — primeira entrega

PREÇO / PRODU	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	6,49	4,02	3,96	3,97	4,02		4,27		4,62		4,90	5,07						Notícia de que a China aumentará suas importações. Possível redução das safras das Filipinas, Tailândia e Argentina, em 1985/86.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	76,20	64,27	63,61	63,32	64,27		65,29		66,10			66,38		66,45				O aumento da produção mundial de 21% em 1984/85 deverá resultar num incremento dos estoques, no próximo ano, de 48%, segundo as previsões do **USDA** divulgadas em janeiro.
CACAU BAHIA US$/tonelada	2.498	2.189	2.140	2.143	2.189		2.225		2.209		2.191			2.077				Falta de chuvas poderá atrasar o início da colheita do temporão da Bahia. Continuam as dificuldades para fechar novo Acordo Internacional.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	144,85	145,43	142,70	142,06	145,43		144,06		143,43		141,09			139,89				Possibilidade de um novo corte da **OIC** na quantidade de quotas de exportação.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	324,78	268,53	265,88	263,50	268,53		275,86		278,83		271,86			266,36				Pressão dos elevados estoques norte-americanos.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	722,49	582,17	571,65	565,05	582,17		594,74		605,29	607,38	602,61		606,02					Recente fortalecimento do preço do óleo exerceu pressão positiva sobre as cotações do grão.
SOJA FARELO US$/tonelada	190,66	132,47	128,72	125,60	132,47		138,39		144,18	146,76	149,15	151,86		157,76				Pequeno arrefecimento do dólar possibilitou algum ganho nas cotações do farelo.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	329,76	351,49	347,38	346,80	351,49		342,41		333,53		363,87			343,58				As exportações mundiais, para o ano comercial 1984/85, estão estimadas no recorde de 107 milhões de t, mas é bastante acirrada a concorrência entre os países exportadores.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de fevereiro de 1984, corrigido pelo IGP. para fevereiro de 1985
2 – Preço médio no mês de fevereiro
3 – Preço médio na última quinzena de fevereiro
4 – Preço médio na última semana de fevereiro
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	104.600	62.882	62.300	62.500		A intensificação da colheita no Centro-Sul e a escassez de recursos do governo para **AGF's** continuam fazendo baixar as cotações.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	73.350	75.441	76.100	77.700		A partir do final de março haverá grande disponibilidade do produto novo num mercado à espera de definições quanto à comercialização.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	310.795	517.829	509.810	497.020		Os leilões do **IBC** estão conseguindo conter os preços do café. Expectativa quanto à orientação do **IBC**.
BOI GORDO Cr$/arroba	68.460	55.050	55.000	55.000		Grande oferta de animais terminados. Dificuldade de repasse de preço no varejo.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.
NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	78.240	95.147	97.000	99.500		O elevado custo de transporte tem inibido a venda do produto nordestino em São Paulo, mas a safra da seca paulista logo ingressará no mercado.
FRANGO Vivo Cr$/kg	2.908	1.643	1.693	1.850		A produção de pintos continuou aumentando nos dois primeiros meses do ano e não há sinais de recuperação da demanda.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	33.415	24.250	24.250	24.250		Seca na época do plantio e chuvas durante a colheita atrasaram a entrada das safras no mercado, que agora tarda ainda mais, devido à aceleração da colheita de outras lavouras.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	56.228	42.206	42.050	42.000		Ligeiro aumento das cotações externas tem reflexos positivos sobre os preços no Brasil.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

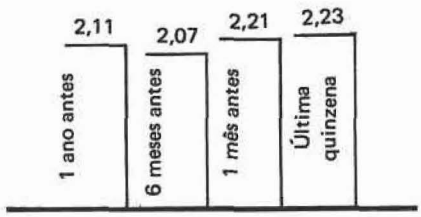
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (**bushel**).

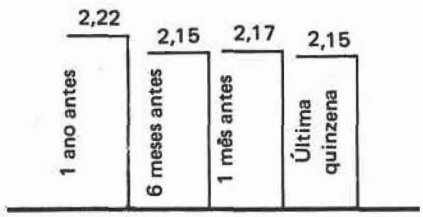
A persistente força do dólar em relação às demais moedas de países industrializados vem provocando retração no consumo do grão e do farelo de soja, malgrado os rigores do inverno do Hemisfério Norte.

Algodão/Soja



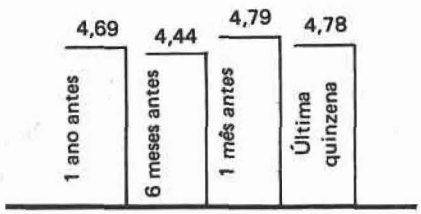
Também o mercado internacional do milho vem sendo pressionado por fatores baixistas. Destaca-se o aumento dos estoques remanescentes dos Estados Unidos da América, maior produtor mundial.

Soja/Milho



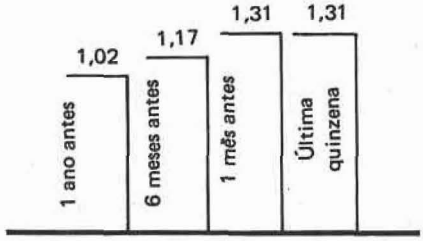
A produção mundial de algodão aumentará mais de 20%, este ano, o que resultará em estoques internacionais quase 50% superiores aos atualmente existentes.

Algodão/Milho



A pressão de uma grande safra européia de cereais vinha afetando o mercado do trigo e, no caso do milho, há o excedente norte-americano.

Trigo/Milho

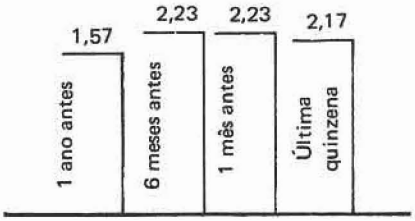


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS · MERCADO INTERNO

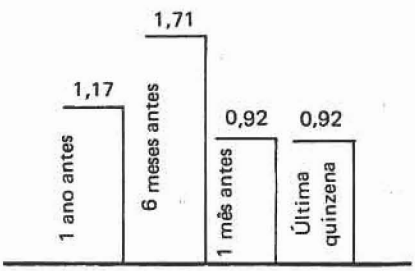
A relação da última quinzena reflete apenas a pequena melhora no preço do frango (+ 3%), já que a cotação do boi gordo manteve-se estável ao longo do mês. Aliás, a relação do mês continua idêntica à de seis meses atrás, denotando a queda proporcional de preços verificada nesses mercados.

Boi Gordo/Frango Vivo



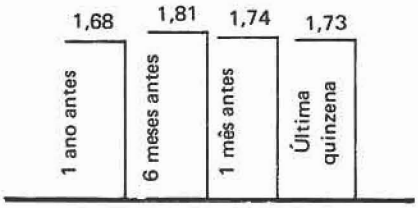
Tanto o preço do frango como o da ração tiveram aumentos marginais semelhantes (+ 3%) na última quinzena. Assim, a relação da última quinzena continua igual à do mês anterior, mas bem distinta da de seis meses atrás, quando o preço da ração, refletindo a boa oferta do milho, favorecia a atividade criatória.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



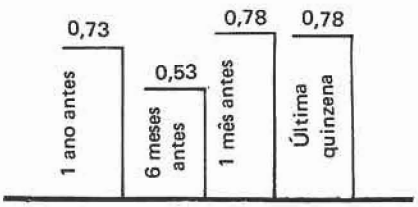
As cotações do milho e da soja têm mostrado uma tendência declinante. Nos últimos doze meses, o preço do milho acusou uma redução mais significativa (— 27%) do que o da soja (— 25%). Isso explica a melhor posição relativa frente à soja, seis meses atrás. No mês de fevereiro, os preços de ambos ficaram estáveis.

Soja/Milho



O feijão preto perdeu posição, em termos de participação relativa, na produção da safra das águas. Na segunda safra, é normalmente minoritário e tenderá a apresentar maiores ganhos de preços do que o feijão carioquinha, caso a safra da seca apresente um bom desenvolvimento.

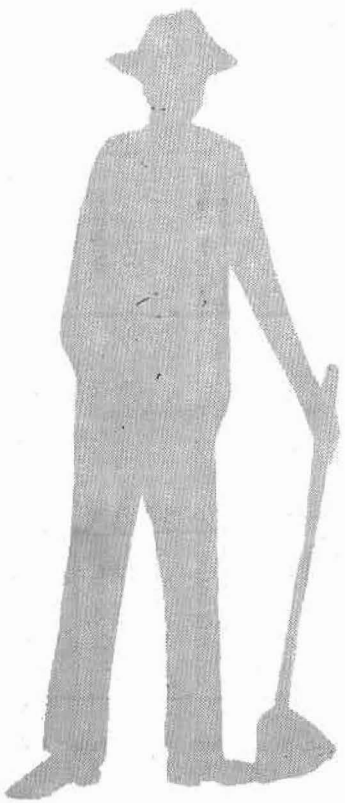
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias — CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento. Seus resultados, segundo dispositivo legal (Decreto 68.678/71), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** terão aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 12 — ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1985, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE JANEIRO[1]

ESPECIFICAÇÃO		ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi		21.270	(3)	445.635
Algodão		2.741.618		2.633.804
Arbóreo		972.584		213.295
Herbáceo		1.769.034		2.420.509
Alho		250		578
Amendoim		126.901		226.786
Amendoim (1ª safra)		126.035		225.964
Amendoim (2ª safra)		866		822
Arroz		4.738.074		8.925.619
Banana		359.202	(4)	414.117
Batata-inglesa		112.675		1.231.162
Batata-inglesa (1ª safra)		94.121		1.121.707
Batata-inglesa (2ª safra)		18.554		110.455
Cacau	(2)	599.686		398.292
Café em coco		2.240.434		3.378.856
Cana-de-açúcar		3.300.125		212.872.707
Cebola		60.604		670.108
Coco-da-baía		119.239	(3)	339.336
Feijão		3.235.625		1.892.004
Feijão (1ª safra)		2.449.863		1.511.557
Feijão (2ª safra)		785.762		380.447
Fumo		217.889		349.157
Guaraná		112		94
Juta		5.455		6.546
Laranja		637.370	(3)	64.995.659
Malva		3.090		3.026
Mamona		436.682		320.542
Mandioca		1.371.439		17.658.335
Milho		10.754.917		19.954.300
Pimenta-do-reino		2.105		3.084
Rami		4.600		9.660
Sisal		327.424		240.740
Soja		9.946.612		17.585.889
Sorgo granífero		125.340		247.500
Tomate		45.026		1.644.778
Uva		56.855		619.052

FONTE — IBGE.

[1] Dados preliminares, sujeitos a retificações. [2] Área ocupada com pés em produção. [3] 1.000 frutos. [4] 1.000 cachos.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal 9052 - ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP. 22250 - Rio de Janeiro - RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Renato Correia Paes.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (Respondendo)

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Processamento de Dados: Eugênio Decourt
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL